



# INESC

## **Relatório Institucional 2022**

Brasília/DF, 2023

## Inesc em números | 2022

<b>Alcance</b>	<b>9.162 pessoas</b> , sendo 56% de mulheres em 237 atividades.
<b>Público diretamente atendido pelo Inesc em 2022:</b>	Formamos <b>110 crianças e adolescentes</b> de escolas públicas em Orçamento e Direitos (Projeto Onda), sendo 61% de mulheres.
<b>298</b> crianças, adolescentes, jovens, ativistas e lideranças de organizações e movimentos sociais, sendo <b>61% de mulheres</b> .	Formamos <b>20 meninas estudantes do ensino médio</b> em Orçamento e Direitos (Projeto Malala).
	Formamos <b>20 jovens da periferia do DF</b> em Orçamento e Direitos, sendo 55% de mulheres.
	Formamos <b>32 agentes do Programa Justiça Comunitária</b> em Orçamento e Direitos, sendo 63% de mulheres.
	Formamos <b>43 jovens quilombolas</b> em Orçamento e Direitos, sendo 50% de mulheres.
	Formamos <b>44 jovens indígenas</b> em Orçamento e Direitos, sendo 55% de mulheres.
Formamos <b>29 lideranças quilombolas adultas</b> em Orçamento e Direitos, sendo 55% de mulheres.	
<b>Campanhas promovidas pelo Inesc ou que contaram com ativa participação do Inesc</b>	<b>“Só Acredito Vendo”</b> , campanha para a defesa de maior transparência nos gastos tributários ( <a href="https://www.soacreditovendo.org.br/">https://www.soacreditovendo.org.br/</a> ).
	<b>“E Fora dos Stories? Como tá a Educação?”</b> , campanha para a defesa do direito à educação ( <a href="https://www.inesc.org.br/campanhas/e-fora-dos-stories-como-ta-a-educacao">https://www.inesc.org.br/campanhas/e-fora-dos-stories-como-ta-a-educacao</a> ).
	<b>“Passe Livre pela Democracia”</b> , campanha para garantir a gratuidade do transporte público nas eleições ( <a href="https://www.passelivrepeledemocracia.org">https://www.passelivrepeledemocracia.org</a> ).
	<b>“Eleições 2022: Que Economia Queremos”</b> (manifesto da Coalizão Direitos Valem Mais), campanha veiculada durante o pleito eleitoral, com um posicionamento por uma política econômica brasileira a favor da Constituição Federal, do enfrentamento das desigualdades, da preservação ambiental, da promoção dos direitos humanos e dos direitos da natureza ( <a href="https://direitosvalemmais.org.br/wp-content/uploads/2022/08/DVM-manifesto-2022.pdf">https://direitosvalemmais.org.br/wp-content/uploads/2022/08/DVM-manifesto-2022.pdf</a> ).
	<b>“Remédio a Preço Justo”</b> , campanha para que as regras do mercado de medicamentos protejam a saúde ( <a href="https://idec.org.br/remedio-a-preco-justo">https://idec.org.br/remedio-a-preco-justo</a> ).
	<b>“Agenda 227: Prioridade Absoluta”</b> , campanha para apresentar propostas de políticas públicas para crianças e adolescentes às candidaturas às Eleições de 2022 ( <a href="https://prioridadeabsoluta.org.br/areas-de-atuacao/agenda-227/">https://prioridadeabsoluta.org.br/areas-de-atuacao/agenda-227/</a> ).

## Principais produtos

- Balanço do Orçamento Geral da União 2021 (“[A Conta do Desmonte](#)”).
- [Guia Ilustrado de Inflação, Política Monetária e Direitos Humanos](#).
- [Caminhos para o Financiamento da Política Socioambiental no Brasil](#).
- [Um Salve de Mudança: A caminhada do Inesc no sistema socioeducativo do DF](#).
- [Subsídios aos combustíveis fósseis 2021: conhecer, avaliar, reformar](#).
- [Fundação anti-indígena: um retrato da Funai sob o governo Bolsonaro](#).

## Principais incidências

- A atuação do Observatório do Clima possibilitou o atraso de votações, pelo Congresso Nacional, de leis que desregulam o setor socioambiental.
- A produção de informações do Inesc alimentou o debate eleitoral, especialmente no que diz respeito aos gastos com políticas públicas e sub-representação de mulheres, pessoas negras e indígenas nos espaços de poder.
- No âmbito da Coalizão para a Defesa das Eleições, contribuimos para que o pleito eleitoral fosse mais transparente e seguro.
- Graças à campanha Passe Livre pela Democracia, quase 400 cidades adotaram o passe livre no 2º turno das eleições, beneficiando 100 milhões de pessoas.

## Prêmios

- “Marielle Franco de Direitos Humanos”, concedido pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), destaque dado para a atuação na área de infância e adolescência.
- “Prioridade Absoluta”, outorgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pelo trabalho realizado no sistema socioeducativo do Distrito Federal.

## Expediente

### EQUIPE DO INESC

(Dezembro/2022)

#### Conselho Diretor

Aline Maia Nascimento  
Júlia Alves Marinho Rodrigues  
Márcia Anita Sprandel  
Pedro de Carvalho Pontual  
Roseli Faria

#### Conselho Fiscal

Iliana Alves Canoff  
Lucas de Alencar Oliveira  
Mário Lisboa Theodoro

#### Colegiado de Gestão

Cristiane da Silva Ribeiro  
Iara Pietricovsky de Oliveira  
José Antônio Moroni

#### Coordenadora da Assessoria Política

Nathalie Beghin

#### Gerente Financeiro, Administrativo e de Pessoal

Ana Paula Felipe

#### Assistente da Direção

Marcela Coelho M. Esteves  
Thayza Benetti

#### Assistente de PMAAS

Adriana Silva Alves

#### Equipe de Comunicação

Silvia Alvarez  
Thays Puzzi

### APOIO INSTITUCIONAL

Campanha Nacional pela Educação  
Charles Stewart Mott Foundation  
CLUA – Climate and Land Use Alliance  
ETF – Energy Transition Fund  
Fastenaktion  
Ford Foundation  
Fundação Avina  
Fundar  
ICS – Instituto Clima e Sociedade  
KNH – Kindernothilfe  
Malala Fund  
Misereor  
Open Society Foundations  
Oxfam Brasil  
PPM – Pão para o Mundo  
Rainforest Norway  
Sage  
União Europeia

#### Assessoria Política

Alessandra Cardoso  
Carmela Zigoni  
Cássio Cardoso Carvalho  
Cleo Manhas  
Gabriela Nepomuceno  
Leila Saraiva  
Livi Gerbase  
Márcia Acioli  
Tatiana Oliveira

#### Assessoria Técnica

Dyarley Viana de Oliveira  
Thallita de Oliveira

#### Educador Social

Markão Aborigine

#### Contadora

Rosa Diná Gomes Ferreira

#### Assistente de Contabilidade

Ricardo Santana da Silva

#### Técnico de Informática

Cristóvão Frinhani

#### Auxiliares Administrativos

Adalberto Vieira dos Santos  
Eugênia Christina Alves Ferreira  
Isabela Mara dos Santos da Silva  
Josemar Vieira dos Santos

#### Auxiliar de Serviços Gerais

Roni Ferreira Chagas

#### Estagiários/as

Camila Beda  
Juami Aquino  
Victor Queiroz  
Yan Nogueira

#### Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos

Endereço: SCS Quadra 01 - Bloco L, nº 17,  
13º Andar Cobertura – Edifício Márcia. CEP:  
70.307-900 - Brasília/DF  
Telefone: + 55 61 3212-0200  
E-mail: [inesc@inesc.org.br](mailto:inesc@inesc.org.br)  
Página Eletrônica: [www.inesc.org.br](http://www.inesc.org.br)

*É permitida a reprodução total ou parcial  
do texto, de forma gratuita, desde que seja  
citada a fonte e inclua a referência ao texto  
original.*

# Sumário

<b>Lista de siglas.....</b>	<b>7</b>
<b>Apresentação.....</b>	<b>10</b>
<b>1. Quem somos e como nos organizamos?.....</b>	<b>12</b>
<b>2. Objetivo específico 1: sujeitos de direitos diversos com capacidade para influenciar, em âmbitos nacional e internacional, o orçamento público no enfrentamento das desigualdades e das iniquidades, em especial o sexismo e o racismo.....</b>	<b>13</b>
2.1. Formação em Orçamento e Direitos .....	13
2.2. Projeto Onda .....	14
2.3. Projeto Malala .....	15
2.4. Agentes do Programa de Justiça Comunitária.....	16
2.5. Juventudes periféricas – Mapa das Desigualdades.....	17
2.6. Jovens indígenas e quilombolas .....	18
2.7. Promoção da justiça fiscal .....	19
2.8. Monitoramento dos recursos destinados às políticas sociais e ambientais.....	22
2.9. Atuando para evitar retrocessos em espaços internacionais ...	24
<b>3. Objetivo específico 2: sujeitos políticos subalternizados têm seus modos de vida e suas práticas reconhecidos e considerados pelas políticas públicas para a efetivação de direitos nos âmbitos local, nacional e internacional .....</b>	<b>25</b>
3.1. Direito à cidade .....	25
3.2. Justiça ambiental e climática .....	26
3.3. Impactos de grandes empreendimentos .....	27
3.4. Direitos dos povos indígenas e quilombolas .....	29
3.4.1. Povos indígenas .....	29
3.4.2. Comunidades quilombolas.....	31
3.5. Atuando na agenda internacional para evitar retrocessos nos territórios.....	32

3.5.1. Impactos de acordos internacionais de comércio .....	32
3.5.2. O Inesc na COP 27 .....	32
3.5.3. Denúncia de racismo religioso no Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas.....	34
<b>4. Objetivo específico 3: coletivos, movimentos, povos e comunidades tradicionais fortalecidos para a promoção da distribuição equitativa de poder na sociedade, com ênfase na ação política antirracista e feminista .....</b>	<b>35</b>
4.1. A luta por outro sistema político .....	36
4.2. O Inesc nas eleições de 2022 .....	37
<b>5. Objetivo específico 4: o Inesc tem sua gestão institucional e sua capacidade de captação de recursos aprimoradas.....</b>	<b>38</b>
5.1. Comunicação .....	39
5.1.1. Site .....	39
5.1.2. Redes sociais.....	40
5.1.3. O Inesc na mídia .....	40
5.2. Captação de recursos junto a indivíduos.....	41
<b>6. Considerações finais: desafios para 2023.....</b>	<b>42</b>
<b>Anexo 1.....</b>	<b>44</b>
<b>Anexo 2 .....</b>	<b>46</b>

# Lista de siglas

<b>ABCD</b>	Ação Brasileira de Combate às Desigualdades
<b>ABONG</b>	Associação Brasileira de ONGs
<b>ADPF</b>	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
<b>ANEEL</b>	Agência Nacional de Energia Elétrica
<b>APIB</b>	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
<b>APOINME</b>	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
<b>ATBr</b>	Amigos da Terra Brasil
<b>ATI</b>	Amigos da Terra Internacional
<b>CDVM</b>	Coalizão Direitos Valem Mais
<b>CEAAL</b>	Conselho de Educação Popular da América Latina e do Caribe
<b>CENARAB</b>	Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira
<b>CIDH</b>	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
<b>CLACSO</b>	Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais
<b>CLDF</b>	Câmara Legislativa do Distrito Federal
<b>CMO</b>	Comissão Mista de Orçamento
<b>CNDCA</b>	Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
<b>CNPJ</b>	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
<b>COIAB</b>	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
<b>CONANDA</b>	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
<b>CONAQ</b>	Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos
<b>CONGEFIMI</b>	Conselho Gestor de Fiscalização de Investimentos e Empreendimentos no Distrito de Miritituba
<b>CONSEA</b>	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
<b>COP/ONU</b>	Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas
<b>CPA</b>	Comitê de Participação de Adolescentes
<b>CPT</b>	Comissão Pastoral da Terra
<b>CTN</b>	Código Tributário Nacional
<b>DF</b>	Distrito Federal
<b>DPU</b>	Defensoria Pública da União
<b>EF</b>	estrada de ferro
<b>EFTA</b>	European Free Trade Association
<b>FA</b>	Fundo Amazônia
<b>FAO</b>	Fundo da Amazônia Oriental
<b>FAOR</b>	Fórum da Amazônia Oriental
<b>FC</b>	Fundo do Clima

<b>FERN</b>	Making the EU Work for People & Forests
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>FNDC</b>	Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
<b>FNMA</b>	Fundo Nacional do Meio Ambiente
<b>FOPIR</b>	Fórum Permanente pela Igualdade Racial
<b>FOSPA</b>	Fórum Social Pan-Amazônico
<b>FUP</b>	Federação Única dos Petroleiros
<b>GCF</b>	Green Climate Fund
<b>GDF</b>	Governo do Distrito Federal
<b>GFoD</b>	Global Forum of Communities Discriminated on Work and Descent
<b>GIFT</b>	Global Initiative for Fiscal Transparency
<b>GN</b>	gás natural
<b>GT</b>	grupo de trabalho
<b>HLPF</b>	High-Level Political Forum
<b>INA</b>	Indigenistas Associados
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>INESC</b>	Instituto de Estudos Socioeconômicos
<b>IPAM</b>	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
<b>JnT</b>	Justiça nos Trilhos
<b>JusDh</b>	Articulação Justiça e Direitos Humanos
<b>LAI</b>	Lei de Acesso à Informação
<b>LGPD</b>	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
<b>LOA</b>	Lei Orçamentária Anual
<b>MAB</b>	Movimento dos Atingidos por Barragens
<b>MAM</b>	Movimento pela Soberania Popular na Mineração
<b>MCCE</b>	Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral
<b>MMFDH</b>	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
<b>MNI</b>	Mobilização Nacional Indígena
<b>MPF</b>	Ministério Público Federal
<b>MP</b>	Medida Provisória
<b>NDC</b>	nationally determined contribution
<b>ODS</b>	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<b>OGP</b>	Open Government Partnership
<b>PACS</b>	Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul
<b>PAD</b>	Processo de Articulação e Diálogo
<b>PDAD</b>	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios
<b>PEC</b>	Proposta de Emenda à Constituição
<b>PGTA</b>	Plano de Gestão Territorial e Ambiental
<b>PJC</b>	Programa de Justiça Comunitária
<b>PL</b>	Projeto de Lei



<b>Plataforma DHESCA</b>	Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
<b>PLOA</b>	Projeto de Lei Orçamentária Anual
<b>PMAAS</b>	planejamento, monitoramento, avaliação, aprendizagem e sistematização
<b>PNGATI</b>	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
<b>PPA</b>	Plano Plurianual
<b>PPP</b>	parceria público-privada
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>RAC</b>	Rede de <i>Advocacy</i> Coletivo
<b>REBRIP</b>	Rede Brasileira pela Integração dos Povos
<b>RJFALyC</b>	Red de Justicia Fiscal de América Latina y el Caribe
<b>RTID</b>	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
<b>SDR</b>	Sistema de Deliberação Remoto
<b>STF</b>	Supremo Tribunal Federal
<b>TCU</b>	Tribunal de Contas da União
<b>TI</b>	terras indígenas
<b>TJDFT</b>	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
<b>TSE</b>	Tribunal Superior Eleitoral
<b>UE</b>	União Europeia
<b>UK</b>	United Kingdom
<b>UNFCCC</b>	United Nations Framework Convention on Climate Change
<b>UNIFESSPA</b>	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

# Apresentação

O ano de 2022 foi difícil para a maioria da população brasileira. As consequências da pandemia de Covid-19, associadas à desastrosa gestão do governo Bolsonaro, resultaram em um crescimento pífio, estimado em cerca de 3%, além de uma inflação de 5,79%, apesar das sucessivas – e inúteis – elevações da taxa básica de juros pelo Banco Central.

Com isso, o País conviveu com quase 700 mil pessoas mortas pelo SARS-CoV-2, 10 milhões de desempregados, 40 milhões de trabalhadores na informalidade e 33 milhões de pessoas passando fome. As políticas públicas foram sucateadas, quando não desmontadas, além da prática generalizada do assédio institucional contra oponentes do regime.

Foi também um ano muito difícil para o meio ambiente e a sociobiodiversidade brasileira, com grande expansão do desmatamento, especialmente na Amazônia, além de aumento da grilagem de terras públicas e de territórios indígenas e quilombolas.

As eleições presidenciais tomaram conta do debate público num ambiente de extrema tensão. A campanha de Jair Bolsonaro atuou disseminando falsas notícias, ameaçando dar um golpe, desqualificando sistematicamente o sistema eleitoral, promovendo a violência política e utilizando de forma abusiva a máquina governamental, a exemplo do uso do cartão corporativo para o custeio de atividades de campanha e da ação da Polícia Rodoviária Federal no dia da votação, de modo a impedir que eleitores chegassem às suas zonas eleitorais.

Para enfrentar esse quadro dramático, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), construiu ampla aliança, que envolveu partidos de esquerda, do centro e da direita: “Vamos juntos pelo Brasil”. Lula também contou com o apoio do movimento sindical, de movimentos sociais e de movimentos artísticos e culturais, bem como de outras organizações da sociedade civil.

Tratou-se de um pleito entre a barbárie, liderada por Bolsonaro, e a democracia, defendida pela aliança formada em torno de Lula. Felizmente, em outubro de 2022, com 50,9% dos votos válidos, Luiz Inácio Lula da Silva venceu Jair Bolsonaro e foi eleito presidente do Brasil pela terceira vez.

Inconformado com o resultado da eleição, Bolsonaro não reconheceu a vitória de Lula. E mais: seus apoiadores, ricamente financiados por setores empresariais e provavelmente por movimentos de extrema direita internacionais, promoveram bloqueios de rodovias e refinarias, ataques aos sistemas de energia elétrica e acampamentos na frente de quartéis militares, demandando intervenção federal. Não satisfeitos, no domingo de 8 de janeiro de 2023, cerca de quatro mil bolsonaristas invadiram as sedes do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, vandalizando esses prédios públicos. Tais atos antidemocráticos evidenciam a atual força da extrema direita no Brasil e, associados

ao antipetismo, bastante disseminado na sociedade brasileira, apontam para as dificuldades que o governo eleito irá enfrentar no próximo período.

Apesar desse contexto, mudou o clima em Brasília (DF) após as eleições. Parece que voltamos a respirar. Rapidamente, a equipe de transição do candidato vencedor se organizou, pautando o debate nacional com suas ideias e propostas. Há esperança no ar, ainda que se saiba que o futuro próximo será desafiador, uma vez que tudo está para ser reconstruído em um ambiente de recursos escassos e de pouco crescimento econômico, tanto no Brasil quanto no resto do mundo. Os desafios também se farão sentir diante das contradições que carrega a aliança de sustentação da candidatura de Lula, além de um novo Congresso eleito, majoritariamente conservador e clientelista.

Levando em conta a séria ameaça à democracia que representava a reeleição de Bolsonaro, o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) atuou intensamente, junto com outros movimentos, coalizões e campanhas, na defesa do processo eleitoral, para garantir sua lisura, transparência e segurança.

Internamente, voltamos a trabalhar presencialmente em março de 2022, depois de dois anos atuando de maneira remota, em decorrência da pandemia. Demos mais um passo na nossa estratégia de promoção da diversidade e da equidade. O Conselho Diretor do Inesc recrutou nova integrante do Colegiado de Gestão, uma mulher negra, Cristiane Ribeiro, psicóloga e psicanalista, com mestrado em promoção da saúde e prevenção da violência pela Universidade Federal de Minas Gerais. Cristiane é militante de coletivos de mulheres negras e possui vasta experiência na área da socioeducação, tendo, inclusive, dirigido uma unidade de internação por alguns anos.

A seguir, apresentamos os principais resultados alcançados pelo Inesc em 2022.

Cristiane Ribeiro  
Iara Pietricovsky  
José Antônio Moroni  
**Colegiado de Gestão**

# 1. Quem somos e como nos organizamos?

O Inesc é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, não partidária e com finalidade pública. Tem por missão “contribuir para o aprimoramento dos processos democráticos visando à garantia dos direitos humanos, mediante o diálogo com o/a cidadão/ã e a articulação e o fortalecimento da sociedade civil para influenciar os espaços de governança nacional e internacional e a consciência da sociedade”.

Criado em 1979, o Inesc orienta-se para ampliar a participação social em espaços de deliberação de políticas públicas. Em suas intervenções sociais, utiliza o instrumental orçamentário como eixo estruturante do fortalecimento e da promoção da cidadania. Para ampliar o impacto de suas ações, o instituto atua em estreita parceria com outras organizações, movimentos e coletivos sociais.

O ano de 2022 foi de implementação do novo plano estratégico para o período de 2022 a 2025. Assim, nossa atuação está organizada em torno de um objetivo geral e de quatro objetivos específicos. Nosso **objetivo geral** é o de contribuir para que o Brasil avance na construção de um ambiente democrático com distribuição de poder e oriente seu orçamento público para promover direitos com equidade. Para alcançarmos tal objetivo, estabelecemos os seguintes **objetivos específicos**: (1) sujeitos de direitos diversos com capacidade para influenciar, em âmbitos nacional e internacional, o orçamento público no enfrentamento das desigualdades e das iniquidades, em especial o sexismo e o racismo; (2) sujeitos políticos subalternizados têm seus modos de vida e suas práticas reconhecidos e considerados pelas políticas públicas para a efetivação de direitos nos âmbitos local, nacional e internacional; (3) coletivos, movimentos, povos e comunidades tradicionais fortalecidos para a promoção da distribuição equitativa de poder na sociedade, com ênfase na ação política antirracista e feminista; e (4) o Inesc tem sua gestão institucional e sua capacidade de captação de recursos aprimoradas.

Esperamos que a nossa atuação, com outros, nos leve à conquista de 9 **resultados** que são medidos a partir de 21 **indicadores**, incluindo os indicadores de objetivos. Nossas principais **estratégias de atuação** são: a) produzir informações sobre investimentos, políticas públicas, orçamento, justiça fiscal e negociações internacionais, para alimentar as lutas por direitos humanos e democracia. As áreas centrais de intervenção são aquelas nas quais o Inesc possui expertise: justiça fiscal, saúde, educação, direito à cidade, meio ambiente, igualdade racial, equidade de gênero, povos indígenas, quilombolas, crianças e adolescentes, outro sistema político; b) formar crianças, adolescentes, jovens, ativistas e lideranças em orçamento e direitos e justiça fiscal; c) incidir junto ao Poder Público – Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público –, buscando evitar retrocessos no sistema político e na realização de direitos humanos; d) articular ações de incidência e resistência nos âmbitos local, nacional e internacional; e) trabalhar com outros para potencializar e legitimar o alcance das ações por meio de parcerias, mobilizações e campanhas.

Em 2022, dando continuidade a uma estratégia de sustentabilidade financeira sólida, procuramos manter a diversificação de nossas fontes de financiamento: contamos com o apoio de 18 (dezoito) organizações, entre fundações americanas e agências de cooperação solidária internacional, bem como da União Europeia. Nosso orçamento foi da ordem de R\$ 10 milhões e contamos com uma reserva de cerca de R\$ 3 milhões. Nossa equipe alcançou um total de 31 profissionais, incluindo direção, assessoria, área administrativo-financeira e estagiárias(os), sendo a maioria composta por mulheres (71%) e metade autodeclarada negra.

Avançamos na medição do andamento dos nossos resultados. Passamos por formações em objetivos orientados a resultados e aprimoramos nosso sistema virtual de registro de informações relevantes para o monitoramento das nossas metas.

Para atendermos aos requisitos de transparência e *accountability*, disponibilizamos as informações institucionais na nossa página eletrônica na *internet* (documentos constitutivos; sócios; conselhos diretor e fiscal; relatórios de atividades, de auditoria e financeiros; projetos e apoiadores, entre outras informações). Possuímos, ainda, *e-mail* institucional, por meio do qual qualquer cidadão/ã pode se comunicar conosco, solicitar informações, apresentar sugestões e encaminhar queixas e reclamações.

A seguir, apresentamos os principais resultados alcançados em 2022 em torno dos quatro objetivos específicos que norteiam nosso plano estratégico.

## **2. Objetivo específico 1: sujeitos de direitos diversos com capacidade para influenciar, em âmbitos nacional e internacional, o orçamento público no enfrentamento das desigualdades e das iniquidades, em especial o sexismo e o racismo**

No âmbito deste objetivo, atuamos em diversas frentes na luta por justiça fiscal: formamos crianças, adolescentes, jovens e lideranças de organizações e movimentos sociais na interpretação e análise do orçamento público na perspectiva dos direitos humanos. Para tal, utilizamos metodologia desenvolvida pelo Inesc, intitulada “[Orçamento e Direitos](#)”. Realizamos estudos e pesquisas sobre gastos federais em áreas específicas (incluindo gastos tributários e outros incentivos fiscais) e atuamos em âmbito internacional em espaços como a Agenda 2030 e as reuniões anuais do Banco Mundial e do FMI.

### **2.1. Formação em Orçamento e Direitos**

Em 2022, o Inesc formou, na metodologia Orçamento e Direitos, **298 pessoas**, sendo 183 mulheres (61%), 112 homens e 3 não binários. A maior parte das pessoas formadas é de negras, quilombolas e indígenas.

<b>Públicos</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>	<b>Não binários</b>	<b>Total</b>
Projeto Onda	69	38	3	110
Projeto Malala	20	-	-	20
Agentes do Programa Justiça Comunitária	20	12	-	32
Juventudes periféricas do DF	11	9	-	20
Juventude indígena	24	20	-	44
Juventude quilombola	23	20	-	43
Adultos quilombolas	16	13	-	29
<b>Total</b>	<b>183</b>	<b>112</b>	<b>3</b>	<b>298</b>

## 2.2. Projeto Onda

Em 2022, o projeto Onda formou, no contraturno, 110 meninas e meninos no Centro de Ensino Fundamental Dra. Zilda Arns, no Itapoã (DF). Foram ainda mobilizados adolescentes que haviam passado pela formação do Inesc em anos anteriores.

O ano se caracterizou por um trabalho mais próximo à escola, com uma programação que também envolveu famílias, professoras/es e servidoras/es. O tema principal consistiu de direitos e diversidade, com destaque para o debate sobre racismo.



Como 2022 foi o primeiro ano de atividades escolares presenciais pós-pandemia, encontramos alunos com elevado grau de sofrimento e alguns com dificuldades de relacionamento. Constatamos as consequências de uma escolarização malsucedida, com adolescentes iletrados e outros com dificuldades de leitura e compreensão de texto. Esse contexto demandou tempo e uma estratégia mais cuidadosa de acolhimento e de construção de vínculos. As atividades consideravam suas capacidades; portanto, sempre se pensou em recursos outros que não apenas a palavra escrita.

Percebendo o desejo, a disposição e a afetividade de um grupo de adolescentes que não se encontrava na escola (porque se mudaram, estavam em outra escola ou conheceram o projeto por meio de amigos), abrimos o “grupo de sábado”, que teve como tema principal o sistema político, as eleições, o poder e a incidência política. Com esse grupo, discutimos o que é democracia, diversidade no poder, a importância do voto, mas fundamentalmente a relevância da participação para a construção de uma sociedade melhor. Ainda realizamos uma análise sobre os candidatos eleitos para a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) em 2022.



Além das formações, foram realizadas atividades coletivas:

- Cinema e política, para debater as diversidades com adolescentes.
- Dia do Brincar.
- Festival Tsunami, com mostras de fotografia, arte e programação musical.
- Prêmio Escola dos Sonhos, para estudantes, famílias, servidoras/es e professoras/es.

Faz parte do processo formativo promover atividades de incidência junto aos poderes públicos para a defesa dos direitos dos alunos e de suas comunidades. Assim, por exemplo, Andrey Nascimento (jovem de 17 anos integrante do projeto Onda) participou e foi muito ativo no Comitê de Participação de Adolescentes (CPA) do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e, atualmente, faz parte da organização da Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CNDCA). Em audiência pública na Câmara Legislativa do Distrito Federal, Andrey fez a defesa intransigente da vacina contra Covid-19 para o retorno das aulas presenciais.



Os desafios do projeto Onda são diversos: considerando-se o contexto de empobrecimento e de limitação de acesso a políticas públicas, meninos e meninas têm demandado da escola e do projeto mais do que a educação “formal”. O desejo de discutir temas relacionados à saúde mental foi permanente em 2022 e voltará com força em 2023. Nesse sentido, nossa perspectiva para o próximo ano é promover incidências junto à escola e aos poderes públicos com foco nas questões prioritárias para crianças e adolescentes.

### 2.3. Projeto Malala



O primeiro Projeto Malala, que se encerrou em maio de 2022, formou 20 meninas negras, periféricas e quilombolas de diversos lugares: Brasília, Ceará, Pernambuco e Bahia. A formação aconteceu de forma remota, devido à pandemia, mas se encerrou com um encontro presencial no Distrito Federal.

As adolescentes, estudantes do ensino médio, além de receberem formação em Orçamento e Direitos, discutiram a política de educação e seu financiamento, a partir de pesquisa de opinião, que realizamos em parceria com o Instituto Vox Populi, para entender como foi o

processo de ensino remoto durante a pandemia. Com esses dados e com informações sobre os orçamentos dos estados e da União, elas organizaram a incidência.

Além da formação, foi realizada uma campanha nas redes sociais, intitulada: “E Fora dos *Stories*? Como tá a Educação?”, que contou com engajamento grande do grupo, que não só compartilhou, mas também produziu conteúdos. A campanha pedia a assinatura de um manifesto pela educação de qualidade, voltado para os parlamentares. Somaram-se 6 mil assinaturas, que foram entregues no Congresso Nacional.

Houve audiência pública na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, onde todas as meninas puderam falar e apresentar suas pautas por uma educação de qualidade, com financiamento adequado. Além disso, entregaram as assinaturas durante a audiência e também para a Presidência da Comissão de Cultura e no Senado Federal, ao senador Paulo Paim.

Ainda como parte do Projeto Malala, elaboramos dois relatórios sobre a execução orçamentária para a educação, em especial no ensino médio, nos 26 estados e no Distrito Federal, além de nota técnica sobre a falta de transparência dos portais estaduais.



Para 2023, um novo projeto foi aprovado e seguimos fazendo formações, agora presencialmente, em escolas públicas de cinco cidades, para estimular o ativismo em educação, além de realizar uma mobilização para uma pesquisa em suas próprias escolas, para percebermos como está a educação depois de um longo período remoto. Nesta segunda etapa, vamos realizar formações nas cinco regiões do Brasil. Começamos por Brasília, onde mobilizamos 17 adolescentes, que já realizaram pesquisa em suas escolas.

## 2.4. Agentes do Programa de Justiça Comunitária

Realizamos a formação, em Orçamento e Direitos, de servidores e agentes comunitários do Programa de Justiça Comunitária (PJC), que é de responsabilidade do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). Participaram 32 pessoas, sendo 20 mulheres e 12 homens. A formação aconteceu em cinco períodos entre os meses de julho e agosto de 2022. Adotou-se como estratégia pensar nas políticas públicas e no orçamento a partir da perspectiva do próprio programa. Portanto, as pessoas formandas elaboraram a linha do tempo de funcionamento do PJC. Em seguida, discutiu-se o que é política pública, com um questionamento sobre o próprio programa, sobre as receitas, as despesas, os pilares da metodologia do Inesc, o ciclo orçamentário, as regras fiscais, as emendas parlamentares e os princípios de direitos humanos na política fiscal e na política monetária.





Feito isso, o grupo elaborou dois planos de incidência: I) um para implementar um polo do programa na Cidade Estrutural, para apoiar as famílias que moram naquela comunidade – com agentes específicos; e II) outro para inserir o programa nas leis orçamentárias do DF, a fim de garantir um orçamento para o pagamento dos agentes, que hoje são voluntários. Este último plano foi priorizado e os agentes realizaram reuniões para traçar as estratégias de ação. Para 2023, foi elaborado um calendário de incidências e pretende-se atuar em relação às leis orçamentárias, principalmente ao Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, para defender a valorização do programa, por meio da alocação de recursos públicos.

## 2.5. Juventudes periféricas – Mapa das Desigualdades

O Mapa das Desigualdades, em sua 5ª edição, incluiu, como forma de qualificar dados, a formação com a juventude negra e periférica do DF. O processo de formação teve cinco oficinas e um seminário, com a participação de 20 jovens, sendo 11 mulheres e 9 homens.

Atualizamos os dados com base na Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios de 2021 (PDAD 2021) e elaboramos gráficos, por área, com cruzamentos de dados, que fizeram parte da formação, juntamente com informações sobre o orçamento público e as políticas públicas, especialmente com os recortes de raça, renda e território. As(os) jovens se apropriaram dos dados e elaboraram textos, poesias



e vídeos para divulgação nas redes sociais e para incidência junto aos Poderes Executivo e Legislativo. A versão final da publicação foi lançada em março de 2023; no entanto, o processo de incidência começou ainda em 2022.

As(os) jovens prepararam uma apresentação com os temas escolhidos por eles, para mostrar aos parlamentares do DF. Ainda foram realizados encontros entre o grupo e uma parlamentar federal e dois distritais, que se comprometeram a realizar audiências públicas para a divulgação do Mapa, além de fazer pressão junto ao GDF para que haja um plano de redução de desigualdades.

O maior desafio do Mapa e da continuidade do trabalho com jovens é o financiamento. Precisamos ir atrás de recursos para dar sequência à atuação na área de direito à cidade e com juventudes.

## 2.6. Jovens indígenas e quilombolas

Em 2022, realizamos formações presenciais, em Orçamento e Direitos, de 116 jovens quilombolas e indígenas das Regiões Norte e Nordeste, com os movimentos sociais parceiros, a saber: Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e Articulação de Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime). Também formamos uma turma de adultos quilombolas, aproveitando a realização do Encontro Nacional de Povos Quilombolas (Aquilombar), realizado em Brasília, que contou com a participação de cerca de 3 mil quilombolas de todas as regiões do País.

Note-se que a intensa participação indígena no processo eleitoral trouxe desafios; porém, ainda assim, concluímos as formações junto aos jovens indígenas do Nordeste. Além disso, realizamos a formação com lideranças adultas indígenas no âmbito do Seminário de 10 anos da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

Tal como almejado, a formação, que vem sendo construída ao longo dos últimos anos, também se desdobrou em incidências realizadas pelos formandos, dentre as quais podem ser destacadas as seguintes iniciativas.

- Entrega, pelos jovens quilombolas associados à Conaq, de carta ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, contendo uma demanda pela reconstrução das políticas públicas para as comunidades quilombolas, incluindo a sua recomposição orçamentária.
- Participação de jovens quilombolas em evento na Região Nordeste sobre o orçamento participativo municipal.
- Recomposição orçamentária do orçamento da Saúde Indígena, a partir da incidência da Apib no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) 2023, tendo a nota técnica do Inesc sido utilizada como referência para a construção da argumentação.

## 2.7. Promoção da justiça fiscal

Em abril, lançamos a terceira edição anual do Balanço Geral do Orçamento da União, intitulada: “[A Conta do Desmonte](#)”. A publicação, que teve ampla repercussão na mídia, avaliou o orçamento do Governo Federal para os três anos da gestão Bolsonaro na perspectiva dos direitos humanos para as nove áreas de atuação do Inesc: saúde, educação, direito à cidade, meio ambiente, mulheres, igualdade racial, quilombolas, indígenas e crianças e adolescentes. Revelamos como o governo Bolsonaro desmantelou as políticas sociais e ambientais como estratégia deliberada de

enfraquecimento do Estado. Publicamos reflexões sobre o Orçamento Secreto, emendas de parlamentares que são gastas e sobre as quais muito pouco se sabe. Merece destaque a nota: “[Reserva de contingência: sua ação silenciosa e sua conexão com o ‘orçamento secreto’](#)”.

Para além da publicação de materiais sobre orçamento, incidimos no Parlamento, principalmente por meio da [Coalizão Direitos Valem Mais \(CDVM\)](#), cuja coordenação integramos. Trabalhamos especialmente por alterações na [Lei Orçamentária Anual \(LOA\) 2023](#). A partir de notas técnicas, alertas e articulações parlamentares, propusemos mais recursos para as áreas sociais e a revogação da emenda constitucional que impõe regras fiscais draconianas, conhecida como Teto de Gastos. Ainda no âmbito da CDVM, lançamos o manifesto “[Eleições 2022: Que economia queremos](#)”, veiculado durante o pleito eleitoral, com um posicionamento por uma política econômica a favor da Constituição Federal, do enfrentamento das desigualdades, da preservação ambiental e da promoção dos direitos humanos e dos direitos da natureza.



## Orçamento secreto

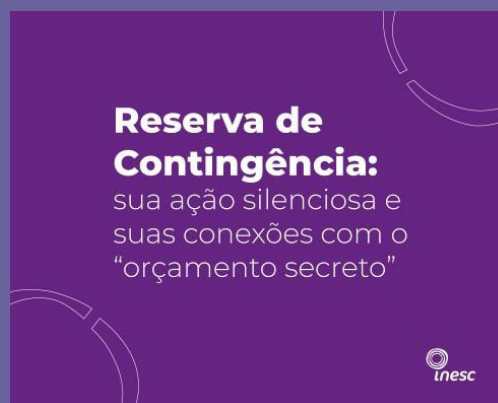
O orçamento secreto foi tema do trabalho do Inesc durante todo o ano de 2022. Trata-se de uma novidade inaugurada em 2020, que possibilita ao parlamentar relator do orçamento distribuir emendas em benefício da base tanto da Presidência do Congresso quanto do Executivo. Os recursos gastos são da ordem de R\$ 11 bilhões por ano.

Em agosto, [lançamos uma nota técnica, que analisa as implicações do orçamento secreto para a garantia dos direitos humanos](#). Em outubro, divulgamos outra nota técnica, que evidencia o aumento dos valores alocados na reserva de contingência e mostra como ela se transformou em ferramenta de captura de recursos de órgãos e fundos públicos e, mais recentemente, como ela tem favorecido o crescimento do orçamento secreto. O estudo teve por objetivo revelar como, ao inflar os números da reserva de contingência, o Governo Federal, além de incentivar a falta de transparência no Orçamento da União, também provocou a redução de verbas em áreas de onde tais recursos estão sendo retirados.

Desde 2019, diversos fundos públicos especiais, como o Fundo Nacional do Meio Ambiente, estão sendo desviados de seus propósitos originais, que são os de garantir receitas para setores estratégicos para financiar o combate às desigualdades no Brasil. A reserva de contingência, juntamente com o orçamento secreto, representa uma sentença de morte para inúmeros fundos que nasceram para assegurar recursos para políticas essenciais, mas com baixo poder de disputa dentro do Orçamento Geral da União. O estudo mostrou, a partir dos dados do PLOA 2023, que a reserva específica criada para garantir as emendas parlamentares se apropria de nada menos do que 98% de todo o recurso capturado da Seguridade Social pela reserva de contingência. Na prática, isso significa tirar da Seguridade Social R\$ 21,45 bilhões e colocá-los a serviço das emendas parlamentares e de relator, seguindo escolhas políticas e prioridades que não dialogam e não respeitam a estrutura de financiamento e execução da política de Seguridade Social.

Em novembro, o Inesc, em parceria com o Observatório do Clima, produziu um levantamento inédito sobre a execução do orçamento secreto, que revelou a concentração dos pagamentos em poucos partidos e em um pequeno grupo de parlamentares. O cruzamento de dados mostrou, ainda, que a possibilidade de que usuários externos realizassem indicações de emendas, fato já amplamente noticiado pela imprensa, foi intensamente utilizada para mascarar a execução de elevados valores, o que seria factível, caso não houvesse padrinhos – partidos e parlamentares – por trás de tais indicações. A planilha que resultou do cruzamento de dados das listas da Comissão Mista de Orçamento (CMO) com os dados orçamentários do Siga Brasil também permitiu a identificação de quais deputados, senadores e usuários externos tiveram os números de CNPJ indicados por eles como beneficiários da execução orçamentária.

O objetivo do levantamento foi demonstrar a falta de transparência das emendas de relator e, também, estimular as pessoas a se apropriar da base de dados. O levantamento foi divulgado com exclusividade pelo jornal Folha de São Paulo, que ampliou a repercussão do trabalho do Inesc e contribuiu para aumentar a pressão para que o Supremo Tribunal Federal julgasse tal prática como inconstitucional, o que acabou acontecendo em 19 de dezembro de 2022.







O Inesc, além dessa abordagem ampla sobre o orçamento público, possui uma atuação mais específica no âmbito dos incentivos fiscais federais. Tais incentivos, que – em princípio – poderiam promover políticas públicas inclusivas e reduzir desigualdades, na verdade se tornaram privilégios fiscais no Brasil, pois, diferentemente dos gastos orçamentários diretos, não são transparentes ou monitorados pelo governo e pela sociedade. Neste sentido, junta-

mente com parceiros, o Inesc deu continuidade, em 2022, à campanha “[Só Acredito Vendo](#)”. A iniciativa tem o objetivo de levar para a sociedade a opacidade dos incentivos fiscais, por meio de estudos de caso de incentivos fiscais relacionados aos agrotóxicos, aos combustíveis fósseis e às bebidas açucaradas.

A luta por transparência orçamentária finalmente deu resultado: no apagar das luzes de 2021, a Lei Complementar nº 187/2021, dentre os diversos dispositivos, alterou o artigo 198 do Código Tributário Nacional (CTN), extinguindo de vez a interpretação de que os incentivos, as renúncias, os benefícios e as imunidades de natureza tributária cujos beneficiários sejam pessoas jurídicas devem ser protegidos pelo instituto do “sigilo fiscal”. Ao longo de 2022, o Inesc e seus parceiros pressionaram a Receita Federal para efetivar a divulgação pública das informações, o que, infelizmente, ainda não aconteceu.

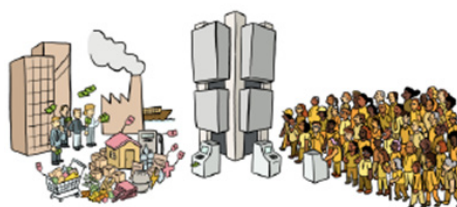
Especificamente em relação aos incentivos fiscais destinados ao setor de petróleo e gás, lançamos a quinta edição do estudo “[Subsídios aos combustíveis fósseis: conhecer, avaliar, reformar](#)”, no qual calculamos que o fomento aos combustíveis fósseis no Brasil alcançou R\$ 118,2 bilhões em 2021, valor próximo ao registrado no ano anterior. A maior parte desses recursos é oriunda de isenções fiscais, deixando, portanto, de financiar importantes políticas sociais, especialmente de educação e seguridade social.

Os subsídios aos fósseis e o aumento dos preços dos combustíveis foram motivo de incidência no Congresso Nacional. Na oportunidade, o Parlamento debatia propostas de redução dos preços dos fósseis, que haviam alcançado valores exorbitantes em 2022. A chamada “PEC dos Combustíveis” propunha saídas de caráter tributário para a crise, o que, de acordo com nossos estudos, acarretaria a redução de recursos para a execução de políticas sociais nos estados da Federação. Como resultado de nossa incidência, apresentamos em audiência pública, na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, nossas recomendações de médio e longo prazos, que apontam para a necessidade de uma transição energética e da redução dos subsídios aos combustíveis fósseis.

No apagar das luzes da legislatura, conseguimos aprovar, na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, um requerimento para a realização de um seminário, que irá debater, entre especialistas, agentes públicos, organizações e parlamentares, novos caminhos para o financiamento das políticas socioambientais no Brasil, como resultado de uma série de painéis realizada pelo Inesc sobre o tema. O evento deve acontecer em 2023 e acredita-se que sirva para a construção coletiva de propostas de financiamento que fortaleçam a área e possam ser aprovadas pelo Congresso Nacional.

Em 2022, o Inesc também deu continuidade ao projeto que busca relacionar a política fiscal com a política monetária na perspectiva dos direitos humanos. Partimos da ideia de que a política monetária possui capacidade de mobilizar recursos para investimentos e a garantia de direitos. Para isso, é necessário um Banco Central mais aberto à sociedade, além de uma política monetária orientada ao atendimento do bem-estar da população. Para tal, produzimos, conjuntamente com o acadêmico Pedro Rossi, da Unicamp, materiais inéditos sobre o assunto, especialmente o “[Guia Ilustrado de Inflação, Política Monetária e Direitos Humanos](#)”. Celebramos a parceria com uma organização especializada em ilustrar temas econômicos (A Gazetinha), de modo a publicar uma cartilha acessível para lideranças de organizações e movimentos sociais e para o público em geral.

### GUIA ILUSTRADO DE INFLAÇÃO, POLÍTICA MONETÁRIA E DIREITOS HUMANOS



## 2.8. Monitoramento dos recursos destinados às políticas sociais e ambientais

Conforme mencionado anteriormente, o Inesc monitora políticas públicas de diversas áreas. Assim, por exemplo, na área de **saúde**, demos continuidade à campanha “[Remédio a Preço Justo](#)”, realizada em parceria com outras organizações, que colheu mais de 50 mil assinaturas. Também lançamos um estudo que atualizou os dados sobre os gastos federais com medicamentos: “[Orçamento Temático de Acesso a Medicamentos 2021](#)”.

No que se refere à **educação**, continuamos com a campanha “[E Fora dos Stories? Como tá a Educação?](#)” e lançamos um estudo inédito sobre o orçamento para o ensino médio entre os anos de 2019 e 2022, que mostrou o desfinanciamento gradual dessa fase do ensino nos últimos anos.

Monitoramos mensalmente os recursos das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres a serem executados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos

Humanos (MMFDH), cujo acompanhamento contou com repercussão na imprensa durante todo o ano, o que resultou na citação dos dados do Inesc no primeiro e no terceiro debate dos candidatos ao cargo presidencial.

Em relação ao **direito à cidade**, o Inesc, a partir do MobCidades, passou a integrar uma rede intitulada Coalisção Mobilidade Triplo Zero (zero tarifa, zero emissões e zero mortes no trânsito), para dar seguimento à discussão sobre o transporte público urbano e o seu financiamento, além da mobilidade urbana de maneira mais ampla. O grupo, dentre outras ações, está elaborando uma proposta de Sistema Único de Mobilidade, que teve como derivação a construção de uma carta conjunta apresentada ao Governo de Transição. Várias incidências nasceram do grupo, como a elaboração de proposta de emenda constitucional (ainda não apresentada) para o financiamento do transporte público.

Na área **ambiental**, desenvolvemos uma reflexão intitulada “[Caminhos para o Financiamento da Política Socioambiental no Brasil](#)”. Trata-se de uma série de textos que organiza análises, reflexões e recomendações sobre os principais fundos para o financiamento das políticas socioambientais do País: Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), Fundo Amazônia (FA), Fundo Verde para o Clima (GCF, na sigla em inglês), Fundo do Clima (FC) e Fundo da Amazônia Oriental (FAO), do Estado do Pará. Com a iniciativa, buscou-se realizar o aprofundamento das reflexões e a construção coletiva de recomendações para o fortalecimento do financiamento da política ambiental no Brasil.



Denunciamos sistematicamente o desmonte orçamentário das políticas voltadas para **povos indígenas, mulheres, população negra e quilombolas**. Inclusive, as análises do Inesc sobre esses temas serviram de subsídios para os debates da campanha eleitoral para a Presidência da República.

Atuamos também na defesa dos **direitos da criança e do adolescente**, participando ativamente da campanha Agenda 227, que reuniu mais de 140 entidades para a construção de propostas de políticas públicas, que foram apresentadas aos candidatos à Presidência do Brasil nas eleições de 2022. Contribuímos, ainda, com informações orçamentárias e técnicas para a elaboração do Relatório Luz da Criança e do Adolescente, especialmente no capítulo da socioeducação. Trata-se de uma iniciativa da sociedade civil de apresentar um informe, em contraposição ao documento que o Governo Federal entregou à Organização das Nações Unidas sobre o seu compromisso com a Convenção Internacional dos Direitos da Criança. Em parceria com a Coalizão pela Socioeducação, incidimos para que o Conanda aprovasse uma resolução para trazer visibilidade às questões de gênero, garantindo a dignidade das meninas que cumprem medida socioeducativa. Por fim, incidimos na Audiência Pública sobre

Prevenção às Violências contra Crianças e Adolescentes na LOA 2023, realizada pela Frente Parlamentar de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, na Câmara dos Deputados, levando a proposta de que os sujeitos e os seus direitos sejam visíveis nas peças orçamentárias, assim como nos Planos Decenais.

Em relação à **transferência de renda**, o ano de 2022 foi marcado pelo uso eleitoral do benefício. O governo Bolsonaro, que foi contra o Auxílio Emergencial em 2020, implementou o Auxílio Brasil e extinguiu o Bolsa Família como uma das medidas para ganhar as eleições. A concessão do benefício com o objetivo de angariar votos feriu a lei eleitoral. Feriu, também, princípios éticos, na medida em que a miséria e a pobreza foram usadas para fins de campanha política. A luta da sociedade civil, no âmbito da campanha “A Renda Básica que Queremos”, cuja coordenação o Inesc integra, foi fundamental para estabelecer um patamar mínimo do benefício, da ordem de R\$ 600,00. Um desafio para 2023 é a volta do Bolsa Família “repaginado”, mas integrado ao sistema de proteção social e entendido como um direito; portanto, sem filas de espera para se ingressar no programa.

## 2.9. Atuando para evitar retrocessos em espaços internacionais

O Inesc faz parte do grupo da sociedade civil que monitora a implementação da Agenda 2030 no Brasil. Nessa condição, participamos da elaboração dos capítulos sobre Educação (ODS 4), Mulheres (ODS 5) e Direito à Cidade (ODS 11) do Relatório Luz, divulgado em 2022. Essa articulação denunciou, tanto em âmbito nacional quanto internacional, os retrocessos do governo Bolsonaro.

Em 2022, o Inesc foi eleito copresidente da Rede Latino-Americana por Justiça Econômica e Social (Latindadd), que, entre outras estratégias, tem forte atuação junto às instituições financeiras internacionais (como o FMI e o Banco Mundial) na defesa dos direitos humanos. Também fazemos parte da coordenação da Rede de Justiça Fiscal para a América Latina e o Caribe, que atua pela implementação de sistemas tributários mais justos, inclusivos e participativos.



Integramos, ainda, a iniciativa Princípios de Direitos Humanos na Política Fiscal, que reúne oito organizações internacionais, da América Latina e do Caribe, na difusão da mensagem de que as políticas fiscais devem se orientar pelos direitos humanos. No âmbito dessa iniciativa, para subsidiar o debate eleitoral no Brasil, elaboramos um [documento](#) que traduz os princípios para uma linguagem mais simples e apresentamos, para as candidaturas, propostas concretas para assegurar que os orçamentos e as políticas fiscais garantam a plena realização dos direitos humanos. Conversamos presencialmente com a equipe da campanha do presidente Lula e lhe entregamos o documento.



### 3. Objetivo específico 2: sujeitos políticos subalternizados têm seus modos de vida e suas práticas reconhecidos e considerados pelas políticas públicas para a efetivação de direitos nos âmbitos local, nacional e internacional

O Inesc busca atuar em **territórios** com o intuito de fortalecer alianças com movimentos e organizações sociais, mas, também, de alimentar suas lutas e as de parceiros com as reais necessidades e demandas de quem tem seus direitos violados diuturnamente. Nesse sentido, temos ações no Distrito Federal e na Amazônia, especialmente no Pará, em territórios afetados por grandes empreendimentos da mineração, do agronegócio e de infraestrutura. Também atuamos na defesa dos direitos de povos indígenas e quilombolas.



#### 3.1. Direito à cidade

Além do nosso trabalho de formação de crianças e adolescentes de escolas públicas do Distrito Federal em orçamento e direitos, buscamos desenvolver atividades formativas que contribuam para criar capacidades em sujeitos de direitos, para que reivindiquem melhores condições de vida.

Em 2022, elaboramos e divulgamos a sistematização dos nossos 10 anos de trabalho na área socioeducativa. O livro “[Um Salve de Mudança – A Caminhada do Inesc no Sistema Socioeducativo do DF](#)” foi escrito a muitas mãos. Contou com a colaboração de educadores e jovens, reuniu produções de comunicação, arte, cinema, dança, reflexões e práticas, ao mesmo tempo em que buscou contribuir para (re)pensar o papel do poder público em toda a trajetória de vida de meninos e meninas das periferias brasileiras. A iniciativa recebeu dois prêmios: um concedido pela [Câmara Legislativa do Distrito Federal](#) e um segundo, intitulado “Prioridade Absoluta”, outorgado pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo trabalho realizado no sistema socioeducativo do Distrito Federal.

Em 2021, faríamos uma atualização do Mapa das Desigualdades, o que não foi possível, pois – além de não termos novos dados – estávamos diante de uma pandemia, com urgências a serem sanadas. Portanto, juntamente com os movimentos sociais, analisamos quais eram as emergências diante da crise sanitária. Assim, elaboramos a Agenda10, com ações que vão desde saneamento básico (pois temos várias regiões no DF ainda com esgoto a céu aberto) até a oferta de *internet* por parte do poder público, especialmente nas regiões periféricas e nas zonas rurais.

Fizemos uma audiência pública, em 2022, que contou com um compromisso assumido pelos legisladores. Diante da ausência de representantes do Executivo na audiência, foram encaminhados ofícios a todas as secretarias, sem que resultasse em ação governamental. E, em 2023, com a atualização do Mapa das Desigualdades e a consequente atualização da situação das 10 ações, seguiremos pressionando o GDF para a inclusão dessas propostas no novo PPA 2024-2027.

### 3.2. Justiça ambiental e climática

Na área **ambiental**, atuamos no âmbito do Observatório do Clima, uma coalizão de mais de 70 organizações que lutam pela defesa dos direitos socioambientais. Buscamos impedir que a legislação de proteção ambiental fosse substancialmente modificada e destruída, a exemplo dos desmontes que ocorreram no Executivo ao longo dos quatro anos da gestão Bolsonaro. A participação do Inesc consistiu na elaboração de estratégias regimentais



de atuação e construção de articulações, que conseguiram, juntamente com os esforços das demais organizações, protelar a votação de projetos com grandes impactos negativos, tais como: (I) o PL nº 1.459/22, o chamado “Pacote do Veneno”, que promove a liberalização desenfreada de agrotóxicos comprovadamente nocivos e cancerígenos; (II) o PL nº 2.159/21, que institui a política de não licenciamento ambiental e do autocontrole sem critérios ambientais, motivo pelo qual ganhou a alcunha de “Mãe de Todas as Boiadas”; (III) os Projetos de Lei nº 2.633/20 e nº 510/21, que modificam os critérios de regularização fundiária, incentivando o desmatamento e a grilagem de terras; (IV) e, por fim, os Projetos de Lei nº 490/07 e nº 191/20, que alteram o processo de demarcação de terras indígenas e permitem a sua exploração econômica por diversos setores (notadamente, pela mineração).

Em um Congresso Nacional que permaneceu hostil à participação social, mesmo após o término do estado de calamidade – decretado em função da pandemia –, buscamos realizar atividades de incidência não só com os parlamentares brasileiros, mas também com representantes de embaixadas em Brasília (França, Dinamarca, Reino Unido, União Europeia), a fim de angariar apoio internacional e pressionar o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, para que não pautasse as matérias em plenário, último estágio da tramitação no Congresso. As conversas com a imprensa nacional, especialmente com a Folha de São Paulo e o Estadão, foram frutíferas, uma vez que alertaram para os perigos que representavam a aprovação dos mencionados projetos. Veículos de grande alcance no Brasil deram visibilidade nacional ao que estava acontecendo no Congresso. Ao término da legislatura, nenhum dos projetos de lei mais polêmicos e problemáticos foi transformado em lei.

Abrimos uma nova área de atuação no Inesc, a de **energia**, com vistas a subsidiar o debate sobre a transição energética na perspectiva dos direitos humanos. Integramos a [Coalizão Energia Limpa](#), que foi lançada em novembro, na COP 27, no Egito. Começamos a dimensionar os subsídios às energias renováveis, propondo uma metodologia de cálculo inédita. Em 2023, deveremos estimar o volume de recursos alocados, direta e indiretamente, às fontes renováveis de energia. Além disso, começamos a desenvolver atividades de incidência: estivemos presentes em duas audiências públicas na Câmara dos Deputados, que trataram sobre a instalação de termoeletricas flutuantes a gás natural (GN) na costa do Rio de Janeiro e também sobre a instalação de uma termoeletrica a GN em Caçapava, que poderá ser a maior do Estado de São Paulo em potência instalada, caso se viabilize. Participamos, ainda, de reunião na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para tratar do Leilão de Reserva de Capacidade, que objetivava contratar termoeletricas a GN com base na Lei nº 14.182/21, que dispõe sobre a privatização da Eletrobras.

### 3.3. Impactos de grandes empreendimentos

Em 2022, a atuação do Inesc nos territórios amazônicos deu continuidade ao enfoque dos últimos anos em duas regiões consideradas prioritárias: Oeste e Sudeste do Pará. Retomando o trabalho após dois anos de pandemia, privilegiamos a presença nos territórios, reforçamos o diálogo com as organizações parceiras e as lideranças locais, com foco nos processos formativos.

Na região Oeste do Pará, estivemos em Santarém, Rurópolis, Trairão, Aveiro, Itaituba e no distrito de Miritituba. Em parceria com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR/Rurópolis), a Universidade Federal do Oeste do Pará (Campus Rurópolis) e com o Conselho Fiscal de Obras de Infraestrutura de Miritituba (Congefimi), uma organização social formada por moradores do distrito, realizamos três oficinas, cujas discussões abordaram temas como o agronegócio na Amazônia, a infraestrutura de transportes e o clima. Promovemos uma quarta oficina, em parceria com a Associação Pariri, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Fórum da Amazônia Oriental (Faor), que aconteceu durante a XVII Assembleia do Povo Munduruku do Médio Tapajós. Monitoramos a expansão da fronteira agrícola no Norte do País, em particular na bacia do rio Tapajós.

A partir da realização de visitas de campo, foi possível observar a presença ostensiva da soja no planalto santareno (e culturas associadas, tais como a pecuária de gado bovino, o milho e a pimenta), que, na condição de *commodity* para exportação, vem pressionando a diversidade territorial. Unidades de conservação, projetos de assentamento rural e extrativista, terras indígenas e colônias pesqueiras são exemplos de formas de ocupação da terra e do território que traduzem a complexidade da região. As ações de grupos madeireiros e do garimpo ilegal também são notadas.

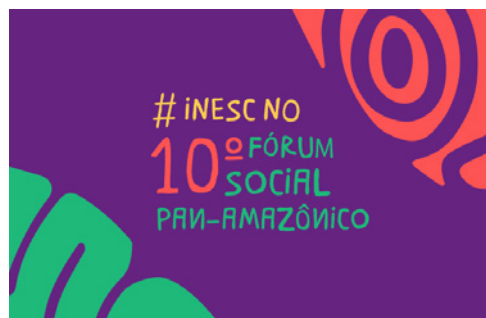
Ao longo dos quatro anos do governo de Jair Bolsonaro, a milicianização da Amazônia, a liberalização da posse e do porte de armas e o arrefecimento da fiscalização para crimes ambientais inflaram esses grupos, resultando em uma situação de forte insegurança para a população, bem como para defensores e defensoras de direitos com atuação local.

Em relação à logística de transportes, três elementos ganham destaque.

- (I) Na cidade de Itaituba e no distrito de Miritituba (PA) – que são plataformas de exportação que utilizam a navegação interna para realizar o transbordo de grãos até alcançar o porto, por meio do qual são levados aos mercados internacionais –, houve a reorganização da estrutura auxiliar ao funcionamento dos portos. Foi possível observar que postos de triagem e postos de gasolina ocupam uma extensão territorial cada vez maior, incentivando a especulação fundiária, quando não estão sob suspeita de grilagem de terras públicas.
- (II) Do ponto de vista da política nacional, a saída de Tarcísio Gomes de Freitas do Ministério da Infraestrutura, para concorrer ao Governo do Estado de São Paulo, possibilitou que a pasta perdesse força e que se alterasse o seu perfil de atuação. No lugar da inauguração de grandes obras, passou-se a trabalhar para estabelecer ou aperfeiçoar o arcabouço legal dedicado a “desburocratizar” o processo de licitação de obras, de fluxos de capitais, de regras para contratos de concessões e Parceria Pública e Privada (PPP) e de instrumentos de financiamento privado para a infraestrutura. Com a principal obra anunciada pela gestão Bolsonaro-Freitas paralisada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), qual seja, a Estrada de Ferro 170 (EF-170) ou Ferrogrão, aconteceram leilões de lotes de equipamentos logísticos, a exemplo de trechos de estradas e aeroportos, frequentemente com um único apostador, o que resultou em preços abaixo do esperado. A rodovia BR-163 teve um de seus trechos, à altura do município de Rurópolis, leiloado, ficando sob o monitoramento do projeto, uma vez que a região fica próxima de localidades onde foram descobertos sítios arqueológicos dos povos indígenas da região.
- (III) No que tange às *traders* globais presentes na região, identificamos um movimento de expansão da *joint venture* Uni-Tapajós, que reúne Bunge e Amaggi, na direção de Rurópolis/Santarenzinho, de modo que a região também entrou no radar de monitoramento e atenção do projeto.

Finalmente, em relação ao clima, a região apresentou elevado índice de desmatamento e queimadas, o que contribuiu significativamente para o principal fator responsável pela emissão de gases de efeito estufa no inventário nacional brasileiro, a saber, a mudança do uso da terra. Isso se deve à expansão da fronteira agrícola e pecuária, à expansão de portos e infraestruturas logísticas auxiliares, bem como pela ação do garimpo na região.

No Sudeste do Pará (Canaã dos Carajás, Marabá e Parauapebas), destacamos a atuação do Inesc e sua participação no Tribunal Internacional pelos Direitos da Natureza Xingu-Carajás e no X Fórum Social Pan-Amazônico (X Fospa), que aconteceu na cidade de Belém (PA). As atividades foram realizadas conjuntamente pelo Inesc, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pela Faculdade de Educação do Campo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do





Pará (Unifesspa), pela Justiça nos Trilhos (JnT), pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e pelo Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS). A participação da ativista peruana Aydee Villanueva foi destaque. Ela, que representa a Rede Latino-Americana de Mulheres Defensoras de Direitos Sociais e Ambientais, contribuiu para a construção de uma articulação internacional, que traz a centralidade do gênero como componente estrutural nos temas da justiça climática e do enfrentamento a megaempreendimentos em áreas ocupadas por povos indígenas e comunidades tradicionais e rurais.

A visita técnica de participantes do Tribunal à Região Amazônica resultou de uma incidência feita pelo Movimento Xingu Vivo durante a COP-26, ocorrida em Glasgow (UK). O objetivo foi documentar e denunciar os impactos negativos da mineração para a vida da população amazônica. Tratou-se, em particular, do impacto negativo que as atividades econômicas de grandes empresas mineradoras – como a Belo Sun (canadense) e a Vale S/A (brasileira, de capital misto) – representam para povos e territórios. Durante o X Fospa, o grupo de juízes éticos (porque não o eram, de fato) apresentou o relatório das visitas. Além de participar das atividades relacionadas ao lançamento do relatório do Tribunal, o Inesc também organizou a Ciranda de Mulheres Latino-Americanas, que reuniu mulheres afetadas pela mineração, pela agropecuária e pelos empreendimentos logísticos voltados para a exportação de *commodities* no Maranhão e no Pará. Com tal intercâmbio, foi possível compartilhar as experiências de luta das mulheres que vivem diante da mineração no chamado Corredor Carajás e, assim, entender e discutir as estratégias das empresas, perceber o papel do Estado na estruturação de zonas de sacrifício econômico e articular as estratégias de resistência de forma coletiva entre as comunidades afetadas nos Estados do Pará e do Maranhão.

### 3.4. Direitos dos povos indígenas e quilombolas

#### 3.4.1. Povos indígenas

O trabalho do Inesc junto aos povos indígenas em 2022 foi marcado pela intensidade da conjuntura. No primeiro semestre, a violência do projeto anti-indígena do governo Bolsonaro foi explicitada em diversas ocasiões e enfrentada de forma pungente por mobilizações indígenas e indigenistas. No segundo semestre, somou-se a esse contexto de fragilização dos direitos indígenas e de resistência a dedicada aposta do movimento indígena na disputa eleitoral, a partir do mote “aldear a política”.

Nos meses iniciais do ano, nossa principal dedicação foi finalizar e publicar o dossiê “[Fundação Anti-Indígena: um retrato da Funai sob o governo Bolsonaro](#)”. Elaborado em parceria com a entidade Indigenistas Associados (INA), o dossiê é o resultado de três anos e



meio de monitoramento da captura do principal órgão indigenista pelo projeto Bolsonaro. Infelizmente, seu lançamento se deu no contexto de uma tragédia icônica dos resultados dessa política: o desaparecimento e assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Don Phillips pelo crime organizado invasor da Terra Indígena do Vale do Javari (AM). A morte de Bruno e Don trouxe para o debate público, nacional e internacional, toda a violência vivida pelos povos indígenas na última gestão federal. Além disso, a publicação do detalhado monitoramento do que aconteceu com a Funai foi um elemento importante para explicar que não havia qualquer casualidade nos assassinatos.

Além de grande impacto midiático, o dossiê tornou-se uma referência analítica importante e uma ferramenta para os Três Poderes: no Legislativo, foi fonte para as Comissões Externas instauradas na Câmara e no Senado para investigar as mortes de Don Phillips e Bruno Pereira; no Judiciário, além de ter sido entregue pela Apib para ministros do STF, serviu de base para a ação civil pública pela reestruturação da Funai, apresentada pela INA e pela Apib; no Executivo, o dossiê virou fonte do relatório construído pelo GT de Povos Indígenas no Governo de Transição. Internacionalmente, foi ainda apresentado como nova prova na ação movida pela Apib no Tribunal Penal Internacional.

A morte do indigenista Bruno Pereira causou também grande mobilização entre os servidores da Funai, ocasionando uma denúncia sobre as condições de trabalho, o assédio e a captura do órgão a outros patamares. Assim, o dossiê foi lançado em meio a uma greve de servidores, em uma manifestação em frente ao Ministério da Justiça, que contou com a presença de quatro parlamentares. A parceria com a INA foi consolidada a partir do esforço conjunto para a publicação e o Inesc foi convidado pela primeira vez para participar da assembleia geral da associação de servidores, além de apoiá-la na busca pela captação de recursos.

Além da publicação do dossiê e de seus desdobramentos, também convocamos e organizamos o Seminário de 10 anos da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), realizado em Brasília por 14 organizações. O seminário é parte de duas estratégias do Inesc: a formação de lideranças indígenas e o aprofundamento das discussões acerca da PNGATI, vista pela instituição como política fundamental para o fortalecimento dos



territórios indígenas e para o enfrentamento das mudanças climáticas. O seminário resultou em uma audiência pública, da qual fomos requerentes, para fortalecer a política e aprová-la como lei.

Ainda no tema da gestão ambiental e territorial indígena, em 2022, também trabalhamos na segunda edição dos estudos acerca do financiamento dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA). Foram elaboradas estimativas de custos de implementação de cinco

PGTA, sendo três Terra Indígena (TI) da Amazônia, uma TI da Caatinga e outra da Mata Atlântica. O objetivo é fortalecer os PGTA como uma ferramenta importante para a autonomia indígena e o enfrentamento das mudanças climáticas não apenas na Amazônia, mas também em todos os biomas do País. Nesse projeto, o nosso desafio foi construir as estimativas junto às organizações indígenas, que estavam muito envolvidas no processo eleitoral quando do seu início, no segundo semestre de 2022. Assim, as estimativas de custos serão finalizadas em 2023.

Além das estimativas, a estratégia de discutir o financiamento da implementação dos PGTA também passa por entender a organicidade e a amplitude dessa ferramenta de gestão nas terras indígenas do País. Por isso, estamos construindo um relatório sobre a quantidade de PGTA existentes no Brasil, o seu nível de implementação, os seus principais desafios e o seu impacto no enfrentamento do desmatamento no País. O panorama geral sobre os PGTA no País serve ainda de base para aprofundarmos a discussão e a disputa para que o financiamento climático global chegue, de fato, às comunidades indígenas.

Por fim, 2022 também foi um ano importante para um maior estreitamento do Inesc com as organizações indígenas. Pela primeira vez, fomos convidados como parceiros para acompanhar a assembleia da Coiab, ocorrida em Oiapoque (AP), em julho. Acompanhamos ainda, pela terceira vez, a assembleia da Apoinme, ocorrida em Carmezia (MG), em dezembro. Fomos também a única organização não indígena convidada a participar do Fórum de Lideranças Indígenas, cujo objetivo é construir um Plano de Governança Indígena para o próximo período, com o qual estaremos contribuindo. Por fim, essa relação de confiança também resultou na nossa participação no Subgrupo de Orçamento Público do GT Povos Indígenas do Governo de Transição, no qual contribuimos com o relatório.

### *3.4.2. Comunidades quilombolas*

Em relação às comunidades quilombolas, demos continuidade à participação no GT ADPF 742 – Plano de Enfrentamento à Covid-19 em Comunidades Quilombolas, cujos resultados foram a vacinação e o acesso a cestas de alimentos. Infelizmente, as determinações relativas ao saneamento, ao acesso à água, à regularização fundiária e ao fomento à produção e à segurança alimentar e nutricional não foram alcançadas, devido à falta de orçamento público, bem como pela má gestão dos recursos disponíveis. O GT continuará incidindo em 2023 para o alcance dos direitos das comunidades quilombolas.

Atuamos, ainda, em parceria com outras organizações, para suspender a Instrução Normativa nº 111/2021 do Incra, para os projetos de licenciamento e infraestrutura em territórios que possuem relatório técnico de identificação e delimitação (RTID) publicado, sem consulta prévia, livre e ampliada. Isso corresponde a 295 áreas quilombolas que estão em processo de regularização fundiária. O Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública da União (DPU) foram favoráveis aos argumentos apresentados pelas organizações.

Subsidiamos a elaboração da “Carta Pública contra o Desmonte da Política Quilombola no Incra em Defesa das Comunidades Quilombolas e dos(as) Servidores(as) do Incra”, fornecendo análises do orçamento destinado às comunidades quilombolas. Ademais, assinamos a Carta.

## 3.5. Atuando na agenda internacional para evitar retrocessos nos territórios

### 3.5.1. Impactos de acordos internacionais de comércio

A atuação do Inesc na agenda comercial internacional se dividiu entre: (I) a produção de estudos e informações; (II) os processos formativos; e (III) a incidência no nível nacional e internacional.

Em relação à primeira estratégia, estamos elaborando o perfil de financiamento das infraestruturas logísticas essenciais ao comércio exterior na bacia do rio Tapajós, localizada no Estado do Pará.

No que se refere aos processos formativos, foram realizadas cinco plenárias para a formação de integrantes de membros da sociedade civil brasileira, sendo uma delas em parceria com as organizações FERN (Bélgica) e Ecologistas em Acción (Espanha) e outra em parceria com a rede de organizações brasileiras “Agro é Fogo”.

Quanto às atividades de incidência, por meio de uma parceria com as redes Frente de Organizações da Sociedade Civil Brasileira contra os Acordos entre UE-Mercosul e EFTA-Mercosul e Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP), iniciamos um processo de articulação entre parlamentares brasileiros e europeus contra a ratificação dos acordos, por maior transparência e participação social. Foram realizadas várias reuniões com esse objetivo, sendo uma delas entre representantes da sociedade civil e eurodeputados. Em parceria com o Observatório do Clima, acompanhamos as discussões para a aprovação de uma legislação europeia contra a importação de produtos oriundos de zonas desmatadas. E, em articulação com as entidades *Amigos da Terra Brasil* (ATBr) e *Amigos da Terra Internacional* (ATI), apoiamos um processo de incidência internacional, por meio do qual lideranças dos territórios e biomas brasileiros potencialmente afetados pela aprovação de ambos os acordos foram ao Parlamento Europeu, em Bruxelas, na Bélgica, com o objetivo de encontrar eurodeputados e sensibilizá-los em relação aos impactos sociais e ambientais da expansão da comercialização de grãos produzidos no Brasil.

### 3.5.2. O Inesc na COP 27

Foi realizada na primeira quinzena de novembro, no Egito, a COP 27, que reuniu países da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês). Considerada o maior evento sobre questões climáticas do planeta, a Conferência é o espaço onde ocorrem as negociações para limitar o aumento da temperatura global.





Com mais de três décadas de atuação em pautas relacionadas ao meio ambiente, com especial atenção às COP, o Inesc levou para os debates temas relacionados à transição energética, subsídios aos combustíveis fósseis, mercado de carbono, adaptação climática, direitos dos povos indígenas, além de chamar a atenção para os impactos climáticos do Acordo entre a União Europeia e o Mercosul.

Com o objetivo de chamar a atenção para a política de subsídios aos combustíveis fósseis, o Inesc participou, junto com outros países, do painel [“Financiando a transição energética: os perigos dos subsídios aos combustíveis fósseis e as falsas soluções”](#). Na ocasião, lançamos a quinta edição do estudo [“Subsídios aos combustíveis fósseis no Brasil: conhecer, avaliar, reformar”](#). Também na mesma temática, parti-



cipamos do painel [“Conectando projetos locais energéticos à transparência e participação da implementação das NDCs”](#), que mostrou como o Brasil está, para o setor energético, na implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC, sigla em inglês). Elas indicam as metas para a redução das emissões de gases de efeito estufa vinculadas ao Acordo de Paris. Durante o evento, o Inesc comentou os resultados do estudo [“Matriz energética brasileira no contexto do Acordo de Paris: entre a falta de ambição e os desafios para a implementação das NDCs”](#). O Inesc também foi organizador de ambos os painéis, em parceria com outras organizações.

Em relação ao tema de mercado de carbono, participamos de mais duas atividades no Brazil Climate Action Hub. A primeira, em parceria com o Grupo Carta de Belém, discutiu os efeitos econômicos, ambientais, climáticos e sociais da liberalização comercial prevista no Acordo entre o Mercosul e a União Europeia. Já a segunda apresentou o que está em jogo na agenda da agricultura. O intuito foi estabelecer conexões entre as negociações sobre o clima e a biodiversidade, com a inclusão dos temas relativos às biotecnologias e ao financiamento.

No que se refere à mobilização de recursos para a transição energética, o Inesc fez parte da mesa “Financiamento Climático Global”, junto a representantes do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), da *Emergent* e do Governo da Noruega. O Inesc defende a prioridade de financiamento para projetos pensados e geridos pelas próprias comunidades indígenas, cujo papel no enfrentamento da crise climática é mais do que atestado. Entre as ferramentas criadas pelos povos indígenas do Brasil para a preservação de seus territórios estão os PGTA, que atualmente constituem uma das principais ferramentas da PNGATI. Também contribuimos com a discussão sobre a regularização fundiária quilombola no âmbito da COP 27, a partir da elaboração de nota



técnica sobre o tema, que fundamentou o relatório “Iniciativas Parlamentares e Populares para Reduzir as Emissões por Desmatamento no Brasil”. A contribuição do Inesc foi citada pelo senador Fabiano Contarato, em sua fala no Brazil Hub.

A Coalizão Energia Limpa (por uma transição justa e livre do gás), de cuja coordenação executiva o Inesc faz parte, foi lançada na COP 27, no painel Transição Energética Justa no Brasil (caminhos para o setor de petróleo e gás), do Brazil Climate Action Hub, que contou com a presença das organizações da Coalizão, da Federação Única dos Petroleiros (FUP), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e do então senador da República e hoje presidente da Petrobras, Jean Paul Prates.

O Inesc também incidiu para que os direitos territoriais dos quilombolas fossem incluídos no relatório “Iniciativas Parlamentares e Populares para Reduzir as Emissões por Desmatamento no Brasil”, que foi elaborado no âmbito da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal e teve um capítulo redigido a partir de insumos do Inesc sobre regularização fundiária quilombola. O relatório foi apresentado na COP 27, no dia 14/11, pelo relator, o senador Fabiano Contarato.

### *3.5.3. Denúncia de racismo religioso no Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas*

Nos anos de 2019 e 2020, o Inesc, em parceria com o Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira (Cenarab), realizou uma pesquisa sobre racismo religioso com o objetivo de construir um conjunto de ações de incidência internacional. Com a pandemia, a iniciativa ficou suspensa, mas foi retomada em 2022. A pesquisa foi atualizada e, em seguida, foi protocolada uma ação no Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas.

O Inesc continua integrando o Global Forum of Communities Discriminated on Work and Descent (GFoD), que ajudou a fundar, apoiando a Conaq na incidência neste espaço com dados sobre as políticas públicas no Brasil. O GFoD agrega comunidades dalits (do Sul da Ásia), quilombolas (do Brasil), haratine (do Sahel, África), forgeron (da África Ocidental), bantu (do Sudão), roma (da Europa e do Canadá) e burakumin (do Japão). Tais grupos, com culturas tão diversas, têm em comum a agenda de enfrentar o racismo e as discriminações e buscar por acesso a políticas públicas efetivas para seus povos. Em 2022, o Inesc contribuiu com a preparação da participação de Vercilene Kalunga, liderança quilombola e coordenadora do núcleo jurídico da Conaq, para a participação nas atividades paralelas realizadas pelo GFoD no High-Level Political Forum (HLPF).

## **4. Objetivo específico 3: coletivos, movimentos, povos e comunidades tradicionais fortalecidos para a promoção da distribuição equitativa de poder na sociedade, com ênfase na ação política antirracista e feminista**

O Inesc contribui para radicalizar a democracia e construir relações de poder inclusivas e justas. Para tal, atua essencialmente no âmbito da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, mas também desenvolve ações próprias ou em parceria com outros atores coletivos.

No Congresso Nacional, a gestão do deputado Arthur Lira como presidente da Câmara buscou, sobretudo, defender os interesses privatistas do Centrão e dar sustentação ao governo Bolsonaro. A criação do Sistema de Deliberação Remoto (SDR) na Câmara e no Senado<sup>1</sup> consistiu no pontapé inicial para uma série de mudanças regimentais e procedimentais que acarretaram a redução dos espaços de incidência e participação social no processo de elaboração das políticas públicas.

As votações remotas permitiram a apreciação das proposições sem que os parlamentares estivessem presentes no Parlamento, transferindo o debate público exclusivamente para o ambiente virtual. Os atos infralegais<sup>2</sup> que alteraram o Regimento Interno da Câmara e que ampararam essa mudança acabaram por acelerar os procedimentos de apreciação das matérias, reduzindo a possibilidade de acompanhamento e fiscalização do Legislativo por parte da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais e, por conseguinte, afetando a natureza democrática do rito de aprovação dos projetos de lei. Não raro, as regras regimentais foram adaptadas, de forma que o poder de decisão sobre os rumos das proposições concentrou-se nas mãos do presidente da Câmara, Arthur Lira. Desse modo, a gestão Lira esteve marcada pela celeridade excessiva na tramitação de temas importantes e, muitas vezes, pela falta de transparência do processo legislativo.

O exemplo mais notório disso é a criação recorrente dos chamados grupos de trabalho (GT). Se antes as discussões das matérias eram abertas ao público, que acudia às comissões, com os GT, cujas regras de funcionamento não encontram amparo no Regimento Interno da Câmara, o papel decisório das comissões foi substituído, o que contribuiu para o envio direto de matérias ao Plenário. Ademais, no que se refere à tramitação das medidas provisórias, também houve modificações, que restringiram a transparência e o exercício da democracia participativa. Via de regra, a tramitação das MP, encaminhadas pelo Executivo, começava pelas comissões mistas, compostas por deputados e senadores. Elas também consistiam em espaço de debate político, realização de audiências públicas e apresentação de relatório, a ser apreciado, posteriormente, pelos Plenários da Câmara e do Senado. Embora as comissões da Câmara e do Senado tenham voltado a funcionar normalmente, as comissões mistas continuaram sem funcionar até o término da legislatura. A inoperância dessas comissões

<sup>1</sup> Resolução da Câmara nº 14/20 e Ato da Comissão Diretora nº 7/20.

<sup>2</sup> Ato da Mesa nº 123/2020 e, sobretudo, a Resolução nº 21/2021.

diminuiu, portanto, o tempo para a propositura de emendas (propostas de modificação de texto) e para a apresentação do relatório final.

Por fim, soma-se a essas alterações o uso indiscriminado da urgência, regime de tramitação que passou a funcionar para levar os projetos diretamente ao Plenário, sem que precisassem passar pelas comissões, como de praxe. Enquanto as comissões estavam impossibilitadas de funcionar em função da pandemia, o uso da urgência foi utilizado para aprovar matérias que propunham medidas para atender ao estado de calamidade pública decretado, mas logo as determinações constitucionais que preveem o uso de tal mecanismo foram extrapoladas. Assim como nos demais casos, o uso recorrente da urgência acarretou perda de espaço para o debate político, celeridade na aprovação das matérias, menos transparência das negociações e alijamento da sociedade do seu direito constitucional de participação no processo de elaboração das leis.

#### 4.1. A luta por outro sistema político

A atuação do Inesc neste tema acontece principalmente por meio da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, cuja coordenação o Inesc integra desde a sua criação, em meados dos anos 2000. Em 2022, a Plataforma promoveu uma grande campanha nacional e atividades de formação, bem como realizou incidências junto aos poderes públicos nacionais.

Em relação às campanhas, a Plataforma lançou em julho a iniciativa “[A Democracia que Queremos](#)”, com o objetivo de debater com a sociedade uma série de propostas para a construção de outro sistema político. Um destaque da campanha foi a atividade realizada a partir de videoperformances artísticas, produzidas com diversas linguagens (poesia, música, dança e outras).

No começo de junho, a Plataforma organizou um amplo debate sobre os impactos da branquitude no sistema de poder e, em agosto, promoveu um encontro temático, em Belém (PA), para uma discussão sobre a intolerância religiosa e o racismo institucional.

Os acúmulos das discussões, das reflexões e dos debates ocorridos no âmbito da Plataforma resultaram na elaboração e na aprovação, em dezembro, da “Versão III da Plataforma”, documento que irá nortear a atuação do coletivo para os próximos anos.



As atividades de incidência junto ao Congresso Nacional ocorreram essencialmente por intermédio da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos e da Frente Parlamentar Feminista, com especial atenção às ações afirmativas previstas para as eleições de 2022 para mulheres, negros e povos indígenas.

Em relação ao Judiciário, a Plataforma trabalhou buscando assegurar transparência e segurança nas eleições, considerando as ameaças constantemente perpetradas pelo bolsonarismo. Foram desenvolvidas ações em parceria com o Pacto pela Democracia e a Coalizão em Defesa do Sistema Eleitoral sobre a necessidade de observadores internacionais e nacionais, a credibilidade das urnas eletrônicas, o impedimento de circulação de notícias falsas e a condenação de financiamentos privados de campanhas ilegais, entre outras questões.

Além disso, a Plataforma – juntamente com a Plataforma DHESCA, o Comitê Brasileiro de Defensoras e *Defensores* de Direitos Humanos e a Via Campesina – solicitou uma reunião com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), com o objetivo de levar ao seu conhecimento informações sobre os riscos à realização das eleições brasileiras no ano de 2022.

Note-se que a constante ameaça à democracia brasileira produziu um paradoxo, uma vez que a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, que luta por outras relações de poder no Brasil, mais inclusivas, justas e equitativas, teve que vir a público defender o atual sistema político. De todo modo, temos o entendimento de que essa ampla mobilização da sociedade na defesa da democracia contribuiu, de maneira relevante, para a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em outubro de 2022. Contudo, os desafios são grandes para os próximos anos, uma vez que a extrema direita se fortaleceu na gestão Bolsonaro.

## 4.2. O Inesc nas eleições de 2022

Considerando que as eleições brasileiras para a Presidência da República em 2022 se desenvolveram em um ambiente ameaçador à democracia, pois tínhamos um candidato que dispunha do aparato estatal (o presidente Jair Bolsonaro, que contava com o apoio de grande parte das forças policiais e incentivava a realização de um golpe militar), o Inesc participou ativamente de diversas iniciativas em defesa do Estado Democrático de Direito. Foi o caso do nosso engajamento na Coalizão em Defesa do Sistema Eleitoral, na Campanha Fora Bolsonaro, no Pacto pela Democracia e na elaboração de documentos com propostas para a campanha de Lula e para vencer o bolsonarismo, em conjunto com mais de 90 organizações e movimentos sociais.



Por meio do Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas, do qual o Inesc faz parte, foi elaborado um ofício para o ministro Edson Fachin, presidente do TSE, que solicitava uma



audiência para incidir contra a restrição de publicação de dados de doações para candidatos com a justificativa de proteção sob a LGPD, o que gerava conflito com a LAI e impactava a transparência nas eleições. Depois disso, o ministro se pronunciou com um parecer favorável às demandas do Fórum apresentadas no ofício e na reunião.

Produzimos análises sobre as eleições, das quais podem se destacar os estudos “[Candidaturas indígenas: uma oportunidade para diversificar o sistema político no Brasil?](#)”, “[Perfil socioeconômico das candidaturas aos cargos eletivos em 2022](#)”, “Análise da presença de militares e religiosos na urna”, “Análise das candidaturas coletivas nas Eleições 2022” e “[Perfil dos eleitos nas eleições de 2022](#)”, além dos artigos: “O escandaloso racismo institucional nas Eleições 2022” e “[Renovação na política: o que diz a distribuição dos recursos?](#)”. Além disso, por meio da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, rede cuja coordenação o Inesc integra, realizamos duas campanhas: “A democracia que queremos” e a terceira edição de “Quero me ver no poder”.

Participamos, ainda, da campanha nacional “[Passe livre pela democracia](#)”, que reivindicou a gratuidade do transporte público intermunicipal no segundo turno das eleições, em 30 de outubro. O objetivo foi o de garantir o acesso às urnas, diminuindo o número de abstenções, em virtude da dificuldade de deslocamento. A campanha envolveu mais de 100 organizações e movimentos sociais. O resultado foi positivo, pois a abstenção no segundo turno das eleições caiu em comparação com a primeira votação, com uma redução um pouco mais acentuada em cidades que adotaram o passe livre no transporte público.

## **5. Objetivo específico 4: o Inesc tem sua gestão institucional e sua capacidade de captação de recursos aprimoradas**

Em 2022, o Inesc deu mais um passo na estratégia institucional de promoção da diversidade e da equidade de gênero e raça. Com efeito, o Conselho Diretor recrutou uma profissional negra para compor o Colegiado de Gestão: Cristiane Ribeiro. Psicóloga e psicanalista com mestrado em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência, feminista e ativista de um coletivo de mulheres negras, Cristiane se juntou ao Inesc no começo do ano. Além disso, foram contratadas mulheres negras para as áreas de comunicação e de assistente de direção. Com essas medidas, aumentou a presença de pessoas negras na instituição, incluindo nas instâncias decisórias: atualmente, 40% do Conselho Diretor é composto por pessoas negras e, no Colegiado de Gestão, o percentual é de 33%. Quanto ao conjunto da equipe, a absoluta maioria (mais de 70%) é integrada por mulheres e mais da metade é formada por pessoas negras.

Cabe, ainda, destacar que Iara Pietricovsky de Oliveira, após mais de 40 anos de contribuição aos trabalhos no Inesc, dos quais mais de 20 anos no Colegiado de Gestão, finalizou suas atividades em dezembro de 2022. A partir de 2023, Nathalie Beghin, Coordenadora de Assessoria nos últimos 10 anos, passa a compor o Colegiado de Gestão do Inesc.

A estratégia de sustentabilidade financeira do Inesc é bastante consolidada. Do ponto de vista da captação institucional, o instituto possui razoável carteira de organizações que nos apoiam. Em 2022, foram 18 organizações, entre fundações e organizações nacionais e internacionais, agências de cooperação solidária internacional e a União Europeia. Nosso orçamento tem se mantido estável no último período, em torno de U\$ 1,9 milhão por ano.

Investimos na formação da equipe: em 2022, financiamos cursos de Excel para grande parte dos profissionais, assim como cursos de idiomas para alguns deles. Apoiamos também a realização do mestrado de uma profissional. Além disso, três integrantes da assessoria concluíram um processo de formação em planejamento, monitoramento, avaliação, aprendizagem e sistematização (PMAAS), o que contribui para o monitoramento do novo plano estratégico, iniciado em 2022.

## 5.1. Comunicação

Em parte do ano de 2022, a área de comunicação do Inesc funcionou com metade da equipe, devido à saída de duas profissionais, que foram trabalhar no setor privado. Apesar dessas limitações e também a partir da recomposição do quadro de profissionais, a comunicação do Inesc vem melhorando substantivamente, assim como a progressiva consolidação do instituto como referência na área orçamentária. Assim, por exemplo, o *site* do instituto aparece em segundo lugar na primeira página do Google quando a pesquisa é sobre “justiça fiscal”. A seguir, apresentamos o desempenho do Inesc nos distintos meios de comunicação.

### 5.1.1. Site

Em 2022, o interesse dos usuários pelos conteúdos disponibilizados no nosso *site* aumentou 14%, o que significa que passaram a dedicar mais tempo à página eletrônica e a navegar por mais páginas internas, um comportamento que se refletiu na queda de 9% da taxa de rejeição do *site*.

A média de visualizações de páginas diárias se manteve praticamente igual à de 2021. O pico dos acessos foi em abril, por ocasião do lançamento do Balanço do Orçamento Geral da União (“A Conta do Desmonte”), quando alcançamos 2.637 acessos em um único dia. Nos demais meses, as taxas mantiveram sua estabilidade, mesmo com o lançamento de outros estudos.

O *site* do Inesc não aparece nas 18 primeiras páginas de resultado da pesquisa do Google no tema “orçamento público”, mas está em segundo lugar quando a pesquisa é sobre “justiça fiscal”.

Em 2023, será importante reativar nosso benefício do Google Ads Grant e montar uma estratégia de anúncios para aumentar o número de acessos e melhorar a posição do nosso *site* nos resultados de busca do Google, quando se pesquisa pelo termo “orçamento público”.

### 5.1.2. Redes sociais

A análise aponta para um aumento no número de seguidores no Instagram (com crescimento de 36%) e no Twitter (16%). O alcance dos conteúdos publicados é bom; todavia, pode melhorar, a partir de campanhas de conteúdos patrocinados, para dar visibilidade aos nossos estudos. Os *posts* alcançam aproximadamente 12.900 pessoas por dia, enquanto os *stories* são vistos por, pelo menos, 900 usuários por dia. Já no Twitter, o resumo para o mês de dezembro registrou um alcance médio de 19,5 mil usuários no mês.

Por outro lado, reduziu em 2% o número de curtidas no Facebook e o alcance das postagens caiu 25%. A queda do nosso desempenho na plataforma pode ser explicada pela decisão da Meta, de julho do ano passado, de limitar a distribuição de conteúdos de cunho político no *feed*. A medida é a resposta da *bigtech* a uma pesquisa com os usuários sobre o que gostavam de ver na rede, que revelou essas informações como uma das menos desejadas. Também vale registrar que o Facebook foi ultrapassado pelo Instagram em número de usuários no País em 2022, estando atrás ainda do YouTube e do WhatsApp.

O cenário indica que vale insistir em conteúdos diversificados para o Instagram, bem como postagens patrocinadas. No caso do Facebook, o desafio é encontrar formas de seguir dando visibilidade aos nossos conteúdos políticos sem que sejam assim identificados pelos algoritmos. A solução pode ser reduzir a postagem de *cards* na rede e investir em imagens de boa qualidade, atrativas e vídeos informativos curtos, acompanhados por legendas simples ou por *links* que direcionam os seguidores mais interessados para o nosso *site*.

Os vídeos no YouTube registraram 21.436 visualizações. O número é muito inferior ao registrado no período anterior, que contou com impulsionamento de conteúdo pago na rede para os vídeos da *websérie*: “Tapajós: uma breve história da transformação de um rio”.

Nas atividades de envio de informações por *e-mail*, a taxa de pessoas interessadas nos conteúdos enviados cresceu 23%. O número de usuários que clicaram nos conteúdos aumentou 43%. Por outro lado, houve queda de 11% nos contatos registrados no *mailing*. O panorama aponta para uma necessidade de realização de mais ações de captação de *leads*.

### 5.1.3. O Inesc na mídia

Seguimos com nosso objetivo de tornar o Inesc uma referência perante a opinião pública, especialmente nos temas que se referem ao orçamento público e à justiça fiscal. Em 2022, aumentamos em 89% o número de citações na mídia nesses temas. Contudo, elas representam 58% do total de citações, que abrangem todos os temas em que o Inesc atua.

Em 2022, começamos a contabilizar também as menções ao Inesc na mídia internacional. Foram 178 registros; contudo, apenas 34% se referem às temáticas fiscal e de justiça econômica. É importante mencionar que a maioria das reportagens e dos artigos da mídia internacional que citam o Inesc o faz de maneira orgânica, repercutindo o que sai sobre a instituição na mídia nacional ou a partir da relação da nossa assessoria de imprensa com correspondentes internacionais residentes no Brasil. Ou seja, a grande maioria das menções



internacionais ao Inesc se deve em consequência do nosso trabalho com a imprensa nacional, incluindo correspondentes, mas não de contato direto com veículos internacionais.

## **5.2. Captação de recursos junto a indivíduos**

Sobre os esforços para a captação de recursos de indivíduos, em 2022, foram 11 doadores, com o aporte total de R\$ 1.333,35, o que representa uma queda de 39% em relação ao ano anterior, quando alcançamos 18 doadores, entre individuais e recorrentes. Isso é reflexo da ausência de uma profissional responsável pela área durante a maior parte do ano e, por consequência, da falta de campanhas de doação nas nossas redes sociais. Além disso, enfrentamos problemas técnicos com a plataforma de arrecadação que utilizamos atualmente.

O desafio para 2023, já com a nova profissional da área incorporada à equipe, é encontrar uma nova plataforma de gerenciamento dos processos e realizar ações digitais periódicas para fidelizar os doadores atuais, resgatar aqueles que interromperam as doações e captar novos.

## 6. Considerações finais: desafios para 2023

Em 2022, conseguimos eleger um governo democrático, ainda que com margem apertada, de apenas 2 milhões de votos. A extrema direita está viva e mais organizada do que antes, além de bastante representada no Congresso Nacional. Foi o que o episódio de 8 de janeiro de 2023 nos revelou, quando uma horda de bolsonaristas assaltou e vandalizou o Parlamento, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal.

A tarefa do novo chefe do Executivo será desafiadora, pois o País encontra-se devastado. Dois anos de pandemia e um poder público federal que deixou a desejar contribuíram para aumentar as desigualdades existentes. De acordo com a Oxfam, no Brasil, os 20 maiores bilionários do País têm mais riqueza do que 128 milhões de brasileiros (60% da população) e esse fosso vem se aprofundando<sup>3</sup>.

O aumento das desigualdades, da pobreza, da fome e do desemprego na área social e do desmatamento na área ambiental constitui um exemplo das tristes mazelas que acometem a sociedade brasileira em tempos recentes. O ano de 2023 não será fácil, não somente porque a economia irá crescer pouco, mas, também, porque as instituições federais responsáveis pelas políticas públicas foram desmontadas. Ademais, há muitos limites à disponibilidade de novos recursos públicos e o Congresso Nacional recém-eleito é majoritariamente conservador e clientelista. Há, ainda, resistência de grande parte da sociedade a um governo liderado por Lula, o que foi revelado com os 49% dos votos válidos obtidos por Bolsonaro.

Apesar desse quadro adverso, há esperança no ar. O resultado das eleições no Brasil foi festejado por grandes lideranças internacionais e Lula foi recebido como chefe de Estado quando foi à COP 27 no Egito, em novembro. A equipe de transição trabalhou com habilidade política, buscando construir condições mínimas para começar a atuar em 2023 e estabelecendo mecanismos de escuta de diversos segmentos da sociedade. O Inesc contribuiu com esse processo em áreas como participação social, política externa, segurança alimentar e nutricional, meio ambiente, igualdade racial e mulheres, entre outras.

Nas primeiras semanas de governo, Lula pôs em marcha uma série de medidas relevantes, pois contribuem para enfrentar questões centrais para a sociedade brasileira, a saber:

- (I) para lidar com a **complexidade dos fenômenos sociais**, foram recriados e criados Ministérios como os da Mulher, da Igualdade Racial, dos Povos Indígenas, dos Direitos Humanos, do Desenvolvimento Agrário, da Pesca, do Planejamento e da Cultura, entre outros, além de ter sido nomeado um Ministério diverso, que envolve mulheres, pessoas negras, uma indígena e pessoas do Nordeste;
- (II) para **enfrentar a fome**, foram recriados os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, foi reinstalado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e foi

<sup>3</sup> A este respeito, sugere-se a leitura do relatório “A Desigualdade Mata”. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/a-desigualdade-mata>>. Acesso em: 29 abr. 2023.

- relançado o Programa Bolsa Família com um valor médio do benefício da ordem de R\$ 710,00 e com diminuição da fila de espera para entrar no programa;
- (III) para **diminuir a violência**, foram revogados decretos que aumentaram o porte de armas;
  - (IV) para **combater o desmatamento**, foi anunciada a retomada do Fundo Amazônia;
  - (V) para **enfrentar o racismo e suas consequências**, foi sancionada a lei que tipifica a injúria racial como crime de racismo, foram publicados seis decretos para a criação de políticas públicas de enfrentamento ao racismo e foi organizada uma força-tarefa interministerial para atender a tragédia humanitária que afeta o povo yanomami;
  - (VI) para **atender as pessoas afetadas pelas consequências de eventos climáticos extremos**, como as fortes chuvas que inundaram regiões da Bahia e de São Paulo e a estiagem no Rio Grande do Sul, Lula – além de visitar as localidades pessoalmente – prometeu desbloquear recursos para apoiar as vítimas das enchentes;
  - (VII) para **melhorar a qualidade dos serviços públicos**, foram anunciadas medidas para aumentar o piso salarial do magistério e diminuir as filas do INSS e foi retomado o programa de vacinação;
  - (VIII) para **incorporar as demandas da sociedade**, foram reinstalados os Conselhos de Políticas Públicas e foi criado o Conselho Nacional de Participação Social.

Continuaremos colaborando de maneira a adotar uma postura propositiva, mas crítica também, para fazer contraponto às forças conservadoras que sustentam a aliança política em torno de Lula. A tarefa não será fácil em 2023, mas a causa demanda o firme enfrentamento dos desafios postos.

## Anexo 1

### Inserção política do Inesc nos âmbitos local, nacional e internacional

O Inesc participa de diversas redes e articulações e, em algumas delas, integra as instâncias de animação.

*Em âmbito distrital:*

- Movimento Nossa Brasília – Por um DF Justo e Sustentável.
- Observatório de Militarização das Escolas do DF.

*Em âmbito nacional:*

- ABCD – Ação Brasileira de Combate às Desigualdades.
- Abong – Associação Brasileira de ONGs.
- Alerta.
- Articulação Nacional pela Socioeducação.
- Campanha A Renda Básica que Queremos.
- Campanha Fora Bolsonaro.
- Campanha Nacional pelo Direito à Educação.
- Coalizão pela Mobilidade Triplo Zero (zero tarifa, zero emissões, zero mortes no trânsito).
- Coalizão Direitos Valem Mais!
- Coalizão Energia Limpa (transição justa e livre do gás).
- Coalizão para a Defesa das Eleições.
- Coalizão pela Socioeducação.
- Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração.
- FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.
- FOPIR – Fórum Permanente pela Igualdade Racial.
- Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas.
- Frente Brasil Popular.
- Frente de Organizações da Sociedade Civil Brasileira contra os Acordos entre UE-Mercosul e EFTA-Mercosul.
- Grupo Carta de Belém.
- GT Infraestrutura.
- JusDh – Articulação Justiça e Direitos Humanos.
- MCCE – Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.
- MNI – Mobilização Nacional Indígena.
- Observatório do Clima.
- OGP – Open Government Partnership (integrante do GT da Sociedade Civil).
- Pacto pela Democracia.
- PAD – Processo de Articulação e Diálogo.
- Plataforma DHESCA – Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais.

- Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político.
- Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil.
- Projeto Brasil Popular.
- RAC – Rede de *Advocacy* Coletivo.
- REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos Povos.
- Rede Nacional de Ativistas pela Educação do Fundo Malala.

*Em âmbito internacional:*

- The *Global Campaign* to Reclaim Peoples Sovereignty, *Dismantle Corporate Power and Stop Impunity*.
- Campanha contra a Austeridade.
- CEAAL – Conselho de Educação Popular da América Latina e do Caribe.
- CLACSO – Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais.
- Comitê Impulsor da Iniciativa Princípios e Diretrizes de Justiça Fiscal e Direitos Humanos.
- Fórum Social Mundial de Justiça e Democracia.
- GIFT – Global Initiative for Fiscal Transparency.
- Grupo de Trabalho sobre o BRICS da Coalizão Direitos Humanos no Desenvolvimento.
- Lateral.
- Latindadd – Red Latinoamericana por Justicia Económica y Social.
- RJFALyC – Red de Justicia Fiscal de América Latina y el Caribe.
- Tribunal Popular Internacional sobre o Sistema de Justiça.
- Stop EU-Mercosur Agreement.

## Anexo 2

### Resultados alcançados em 2022

<b>Objetivo geral:</b> que o Brasil avance na construção de um ambiente democrático com distribuição de poder e oriente seu orçamento público para promover direitos com equidade				<b>Linha de base</b>	<b>Resultados 2022</b>	<b>Metas para o quadriênio</b>	<b>Situação da meta</b>
<b>Objetivos específicos</b>	<b>Resultados</b>	<b>Indicadores</b>					
<b>OE1</b> – Que os sujeitos de direitos diversos tenham capacidade para influenciar, em âmbitos nacional e internacional, o orçamento público no enfrentamento das desigualdades e das iniquidades, em especial o sexismo e o racismo.	<b>R1.1</b> – Sujeitos de direitos diversos formados na metodologia O&D que incidiram junto aos poderes públicos na defesa de seus direitos.	<b>I-1.1.1</b> – Percentual de pessoas formadas que realizaram atividades de incidência no orçamento público (municipal, estadual ou nacional) no ano da formação.	7%	7%	20%	35%	
		<b>I-1.1.2</b> – Percentual de pessoas formadas que realizaram atividades de incidência referentes às desigualdades de gênero e raça no ano da formação.	0%	7%	10%	70%	
	<b>R1.2</b> – Políticas públicas que incorporaram demandas do Inesc e de parceiros para garantir direitos.	<b>I-1.2.1</b> – Número de medidas implementadas pelos poderes públicos, nos âmbitos local, estadual e nacional, como resultado da atuação do Inesc e dos parceiros formados.	36	8	144	6%	
		<b>I-1.2.2</b> – Número de medidas implementadas pelos poderes públicos nas áreas de igualdade racial e equidade de gênero, nos âmbitos local, estadual e nacional, como resultado da atuação do Inesc e dos parceiros formados.	6	3	24	13%	
	<b>R1.3</b> – Atores públicos internacionais e coalizões de OSC que incorporaram propostas do Inesc e de parceiros por justiça e equidade (IFI, Agenda 2030, OEA, CDH/ONU).	<b>I-1.3.1</b> – Número de medidas implementadas por atores públicos internacionais como resultado da contribuição do Inesc e de parceiros (IFI, Agenda 2030, OEA, CDH/ONU).	2	3	8	38%	
		<b>I-1.4.1</b> – Número de citações ao Inesc nas mídias em relação às temáticas fiscal e de justiça econômica.	1444	2809	6880	41%	
	<b>R1.4</b> – O Inesc foi reconhecido como referência nas áreas de orçamento público e justiça fiscal.	<b>I-1.4.2</b> – Posição do Inesc na página do Google quando são pesquisadas as expressões: “orçamento público” e “justiça fiscal”.	Nona página	“Justiça fiscal” (2ª posição). “Orçamento público” (sem posição)	Segunda página		
		<b>I-1.4.3</b> – Número de citações ao Inesc nas mídias internacionais em relação às temáticas fiscal e de justiça econômica.	0	61	4	1525%	



<b>OE2</b> – Que os sujeitos políticos subalternizados tenham seus modos de vida e suas práticas reconhecidos e considerados pelas políticas públicas para a efetivação de direitos nos âmbitos local, nacional e internacional.	<b>R2.1</b> – Processos formativos impulsionados pelo Inesc, assim como informações produzidas pelo instituto que mobilizaram sujeitos de direitos para incidir junto aos poderes públicos locais e nacionais no sentido de fortalecer uma narrativa de territórios sustentáveis, justos e fundados em direitos.	<b>I-2.1.1</b> – Número de sujeitos parceiros do Inesc – locais, regionais e nacionais – que agiram para fortalecer uma narrativa de territórios sustentáveis, justos e fundados em direitos.	20	21	25	84%
		<b>I-2.1.2</b> – Número de ações culturais que fortaleceram as narrativas de resistências e de afirmação das lutas populares.	35	8	140	6 %
	<b>R2.2</b> – Atores públicos internacionais e coalizões de OSC que incorporaram propostas do Inesc e de parceiros por justiça e equidade (COP, Acordos Mercosul/UE e Mercosul/EFTA).	<b>I-2.2.1</b> – Número de medidas implementadas por atores públicos internacionais como resultado da atuação do Inesc com parceiros (COP, Acordos Mercosul/UE e Mercosul/EFTA).	0	2	4	50%
<b>OE3</b> – Que os coletivos, os movimentos, os povos e as comunidades tradicionais sejam fortalecidos para a promoção da distribuição equitativa de poder na sociedade, com ênfase na ação política antirracista e feminista.	<b>R3.1</b> – A Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político foi fortalecida pela ação do Inesc.	<b>I-3.1.1</b> – Número de medidas implementadas pelos poderes públicos em decorrência da atuação da Plataforma, com o apoio do Inesc.	9	5	18	28%
		<b>I-3.1.2</b> – Número de medidas implementadas pelos poderes públicos nas áreas de igualdade racial e equidade de gênero em decorrência da atuação da Plataforma, com o apoio do Inesc.	3	1	9	11%
		<b>I-3.1.3</b> – Número de organizações, movimentos e coletivos que participaram da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, com o apoio do Inesc.	92	46	120	115%
		<b>I-3.1.4</b> – Número de seguidores no Twitter.	480	841	2000	42%
		<b>I-4.1.1</b> – Valor total do orçamento do Inesc.	R\$ 9,4 milhões	R\$ 10,6 milhões	Manutenção do mesmo valor em termos reais	100%
<b>OE4</b> – Que o Inesc tenha sua gestão institucional e sua capacidade de captação de recursos aprimoradas.	<b>R4.1</b> – O Inesc é uma organização que incorpora processos de aprendizagem, inclusive para assegurar sua sustentabilidade financeira.	<b>I-4.1.2</b> – Número de doadores individuais recorrentes.	10	11	100	11%
		<b>I-4.1.3</b> – Número de ações de inovação implementadas.	4	1	16	6%
		<b>I-4.1.4</b> – Percentual de pessoas negras nos espaços decisórios (Conselho Diretor e Colegiado de Gestão).	0	38%	40%	95%
		<b>I-4.2.1</b> – Percentual de profissionais do Inesc que participaram de processos de formação.	62%	74%	65%	114%
		<b>I-4.2.2</b> – Percentual de pessoas da equipe do Inesc satisfeitas em relação à integração e à colaboração.	87%	87%	90%	97%
	<b>R4.2</b> – O Inesc conta com maior integração e colaboração entre as áreas.					

